

Indústrias Romi S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais
e Consolidadas Referentes ao
Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Indústrias Romi S.A.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústrias Romi S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Indústrias Romi S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende : quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ativo imobilizado e intangível - Avaliação de indicadores de redução do valor recuperável do ativo imobilizado e intangível para o segmento “Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH (“B+W”)”

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, principalmente pelas oscilações ocorridas no mercado de atuação do segmento B+W em decorrência da “Covid-19”, julgamos que a avaliação de indicadores de redução do valor recuperável de ativo imobilizado e ativo intangível foi importante durante cada um dos trimestres do exercício findo naquela data.

No último trimestre do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração avaliou a existência de eventuais indicadores que pudessem requerer a execução de teste de recuperabilidade do ativo imobilizado e intangível para esta unidade geradora de caixa e concluiu sobre a não existência de indicadores. Nós executamos procedimentos de auditoria preliminares sobre algumas das estimativas e premissas de negócio relevantes que pudessem nos indicar se os ativos possam ter sofrido desvalorização, quando aplicável, para eventual identificação de risco de distorção material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos preliminares aplicados, não identificamos indicadores de redução do valor recuperável para o segmento B+W e assim consideramos aceitável o valor do ativo imobilizado e do ativo intangível do segmento B+W no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 tomadas em conjunto.

Posições tributárias

- a) Conforme divulgado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui assuntos de natureza tributária em discussão em várias esferas processuais, para os quais, com base em opinião de seus consultores jurídicos, foi constituída provisão para riscos no passivo circulante e não circulante no montante de R\$1.792 mil (R\$1.512 mil em 31 de dezembro de 2020) àquelas classificadas como risco provável de perda e divulgou R\$72.563 mil (R\$65.011 mil em 31 de dezembro de 2020) e R\$73.005 mil (R\$65.011 mil em 31 de dezembro de 2020), controladora e consolidado respectivamente, para os riscos classificados como de perda possível.
- b) Conforme divulgado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui ação judicial ajuizada em 2019 na qual busca a recuperação de tributos (IRPJ e CSLL) pagos sobre os valores relativos à atualização monetária e juros de mora na restituição e ressarcimento de créditos tributários. Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) apreciando a matéria, sob o rito de repercussão geral, decidiu que é inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Essa decisão é aplicável apenas sobre o mérito da discussão e não define a partir de quando a sua aplicação é permitida ao contribuinte. Por se tratar de tributação sobre o lucro da Companhia, o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, equivalente ao IFRIC 23, foi aplicado pela Administração da Companhia, o qual requer que uma entidade avalie se é “mais provável do que não” que o tratamento fiscal adotado será aceito pela autoridade tributária, que pode incluir os tribunais, e como consequência no trimestre findo em 30 de setembro de 2021 foi registrado crédito de aproximadamente R\$47.433 mil.

A determinação do valor da provisão (item a) acima), do valor reconhecido como crédito de imposto de renda e de contribuição social (item b) acima) e dos valores divulgados, depende de julgamentos críticos da Administração, a partir da análise e conclusão acerca dos pronunciamentos contábeis aplicáveis a cada assunto, análise individual dos processos e dos correspondentes prognósticos de seus consultores jurídicos. Além disso, e considerando a magnitude dos valores envolvidos, quaisquer mudanças nas estimativas ou premissas que impactam a determinação do prognóstico de perda ou interpretação técnica contábil para avaliar se é “mais provável do que não” que o tratamento fiscal adotado será aceito pela autoridade tributária, podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Diante do exposto, esse assunto foi considerado como área de foco em nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de profissionais mais experientes e especialistas tributários, a consideração dos pronunciamentos técnicos aplicáveis a cada assunto relevante, e a revisão das opiniões de outros consultores jurídicos obtidas pela Administração da Companhia. Ainda, solicitamos e obtivemos confirmação junto aos consultores jurídicos da Companhia dos valores e prognósticos de perda dos processos da Companhia, incluindo eventuais posições fiscais para as quais ainda não há um processo em andamento, assim como avaliamos a compreensibilidade das divulgações incluídas nas notas explicativas de incertezas tributárias e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social. Com base nos procedimentos executados, consideramos aceitáveis as estimativas da Administração relacionadas à divulgação e ao registro de posições tributárias consistentes com as informações e com os documentos apresentados.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 1º de fevereiro de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	1
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	11
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	12
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	13
Demonstração de Valor Adicionado	14
DFs Consolidadas	
Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	22
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	24
DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	25
DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	26
Demonstração de Valor Adicionado	27

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Último Exercício Social 31/12/2021	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	73.333.922	
Preferenciais	0	
Total	73.333.922	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	1.773.660	1.582.479	1.207.803
1.01	Ativo Circulante	911.131	869.956	597.683
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	28.047	140.932	102.838
1.01.02	Aplicações Financeiras	74.786	127.166	683
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	74.786	127.166	683
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	74.786	127.166	683
1.01.03	Contas a Receber	329.952	277.520	235.599
1.01.03.01	Clientes	276.649	230.468	170.430
1.01.03.01.01	Duplicatas a receber	123.874	98.974	73.377
1.01.03.01.02	Valores a receber - repasse FINAME fabricante	152.775	131.494	97.053
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	53.303	47.052	65.169
1.01.03.02.01	Partes relacionadas	53.303	47.052	65.169
1.01.04	Estoques	431.176	266.114	239.476
1.01.06	Tributos a Recuperar	40.337	44.538	8.058
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	40.337	44.538	8.058
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	6.833	13.686	11.029
1.01.08.03	Outros	6.833	13.686	11.029
1.02	Ativo Não Circulante	862.529	712.523	610.120
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	381.872	305.346	263.709
1.02.01.04	Contas a Receber	232.305	214.383	178.448
1.02.01.04.01	Duplicatas a receber	13.439	11.161	11.489
1.02.01.04.02	Valores a receber - repasse FINAME fabricante	218.866	203.222	166.959
1.02.01.07	Tributos Diferidos	9.599	23.552	23.577
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.599	23.552	23.577
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	51.473	34.223	0
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	51.473	34.223	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	88.495	33.188	61.684
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	70.466	28.250	54.401
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	12.097	1.884	1.930

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
1.02.01.10.05	Outros créditos	5.932	3.054	5.353
1.02.02	Investimentos	204.512	193.893	154.215
1.02.02.01	Participações Societárias	191.012	180.393	140.715
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	191.012	180.393	140.715
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	13.500	13.500	13.500
1.02.03	Imobilizado	275.200	212.188	191.596
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	275.200	212.188	191.596
1.02.04	Intangível	945	1.096	600
1.02.04.01	Intangíveis	945	1.096	600
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	945	1.096	600

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	1.773.660	1.582.479	1.207.803
2.01	Passivo Circulante	461.949	493.909	279.395
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	37.882	27.272	15.248
2.01.01.01	Obrigações Sociais	37.882	27.272	15.248
2.01.02	Fornecedores	115.340	87.756	35.123
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	115.340	87.756	35.123
2.01.03	Obrigações Fiscais	7.086	7.553	9.567
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.086	7.553	9.567
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.086	7.553	9.567
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	213.371	237.729	160.900
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	213.371	237.729	160.900
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	213.371	237.729	160.900
2.01.05	Outras Obrigações	86.825	132.383	57.751
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.096	430	1.679
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	3.096	430	1.679
2.01.05.02	Outros	83.729	131.953	56.072
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17.983	91.130	39.523
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	53.046	32.156	12.186
2.01.05.02.05	Participações a pagar	7.680	4.858	1.205
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	5.020	3.811	3.158
2.01.06	Provisões	1.445	1.216	806
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.445	1.216	806
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	1.445	1.216	806
2.02	Passivo Não Circulante	348.423	275.567	171.124
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	336.972	264.094	166.254
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	336.972	264.094	166.254
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	336.972	264.094	166.254
2.02.02	Outras Obrigações	11.104	11.177	4.416
2.02.02.02	Outros	11.104	11.177	4.416

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.02.02.03	Provisão para patrimônio líquido negativo - controlada	11.089	11.129	4.404
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	15	48	12
2.02.04	Provisões	347	296	454
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	347	296	454
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	347	296	454
2.03	Patrimônio Líquido	963.288	813.003	757.284
2.03.01	Capital Social Realizado	637.756	637.756	492.025
2.03.04	Reservas de Lucros	233.695	86.894	219.482
2.03.04.01	Reserva Legal	0	0	54.321
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	233.695	86.894	165.161
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	91.837	88.353	45.777

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.064.134	656.244	501.124
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-722.832	-444.225	-364.314
3.03	Resultado Bruto	341.302	212.019	136.810
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-130.860	-108.184	-33.440
3.04.01	Despesas com Vendas	-62.100	-43.932	-44.758
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-79.949	-64.833	-59.743
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-37.287	-30.731	-32.063
3.04.02.02	Participação e honorários da Administração	-15.585	-11.584	-7.210
3.04.02.03	Pesquisa e desenvolvimento	-27.077	-22.518	-20.470
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.042	6.848	78.209
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.147	-8.267	-7.148
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	210.442	103.835	103.370
3.06	Resultado Financeiro	2.744	63.688	62.131
3.06.01	Receitas Financeiras	14.471	73.099	67.646
3.06.01.01	Receitas Financeiras	11.387	68.696	67.646
3.06.01.02	Variação cambial, líquida	3.084	4.403	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.727	-9.411	-5.515
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-11.727	-9.411	-2.611
3.06.02.02	Variação cambial, líquida	0	0	-2.904
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	213.186	167.523	165.501
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.412	6.954	-35.837
3.08.01	Corrente	4.541	6.979	-19.648
3.08.02	Diferido	-13.953	-25	-16.189
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	203.774	174.477	129.664
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	203.774	174.477	129.664
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,78	2,69	2,06
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício	Penúltimo Exercício	Antepenúltimo Exercício
		01/01/2021 à 31/12/2021	01/01/2020 à 31/12/2020	01/01/2019 à 31/12/2019
3.99.02.01	ON	2,78	2,69	2,06

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	203.774	174.477	129.664
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.484	42.576	2.043
4.03	Resultado Abrangente do Período	207.258	217.053	131.707

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	8.141	141.555	95.773
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	207.281	131.531	69.162
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	213.186	167.523	165.501
6.01.01.02	Resultado financeiro e variação cambial, não realizados	-15.811	-59.237	-59.211
6.01.01.03	Depreciação e amortização	25.955	21.284	21.742
6.01.01.04	Constituição (reversão) para cred de liq duvidosa de contas a receber, outros cred e máquinas usadas	-532	948	439
6.01.01.05	Reversão para realização dos estoques	-3.885	-804	-2.506
6.01.01.06	Ganho (perda) na alienação de imobilizado e intangível	-2.251	-4.492	-2.802
6.01.01.07	Resultado de participações societárias	-9.147	6.267	7.148
6.01.01.08	Constituição (reversão) de provisão para passivos eventuais	-234	42	-61.149
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-199.140	10.024	29.899
6.01.02.01	Aplicações financeiras	0	0	-194
6.01.02.02	Duplicatas a receber	-13.003	-627	15.388
6.01.02.03	Partes relacionadas (ativo e passivo)	-21.127	-17.735	-7.629
6.01.02.04	Valores a receber - repasse FINAME fabricante	-36.257	-78.134	-57.122
6.01.02.05	Estoques	-163.138	-25.834	-33.837
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recuperar	-33.507	-3.314	-9.976
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-10.213	46	96.825
6.01.02.08	Outros créditos	13.334	72.678	21.340
6.01.02.09	Fornecedores	29.199	49.468	6.091
6.01.02.10	Salários e encargos sociais	10.610	12.024	-3.973
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	-467	-23.182	6.056
6.01.02.12	Adiantamento de clientes	20.890	19.970	-2.638
6.01.02.13	Outros contas a pagar	4.539	4.664	-432
6.01.03	Outros	0	0	-3.288
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	0	0	-3.288
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-30.244	-161.152	-18.797
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-90.808	-42.345	-25.918
6.02.02	Aumento do intangível	-291	-901	-30

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.02.03	Venda de imobilizado	4.505	5.361	3.551
6.02.04	Dividendos recebidos	3.970	3.216	3.688
6.02.05	Aumento de capital em controlada	0	0	-88
6.02.07	Aplicações Financeiras	52.380	-126.483	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-90.782	57.691	-41.422
6.03.01	Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	-130.120	-88.676	-54.723
6.03.02	Novos empréstimos e financiamentos	124.745	192.567	55.743
6.03.03	Pagamentos de financiamentos	-112.586	-130.793	-76.839
6.03.04	Juros pagos	-10.341	-4.861	-1.940
6.03.05	Novos financiamentos - FINAME fabricante	220.079	184.305	124.937
6.03.06	Pagamentos de financiamentos - FINAME fabricante	-151.067	-83.574	-71.149
6.03.07	Juros pagos - FINAME fabricante	-31.492	-11.277	-17.451
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-112.885	38.094	35.554
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	140.932	102.838	67.284
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	28.047	140.932	102.838

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	637.756	0	86.694	0	88.353	813.003
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	637.756	0	86.694	0	88.353	813.003
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-56.973	0	-56.973
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-16.867	0	-16.867
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-40.106	0	-40.106
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	203.774	3.484	207.258
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	203.774	0	203.774
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.484	3.484
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.484	3.484
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	146.801	-146.801	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	146.801	-146.801	0	0
5.07	Saldos Finais	637.756	0	233.695	0	91.837	963.288

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	492.025	0	219.482	0	45.777	757.284
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	492.025	0	219.482	0	45.777	757.284
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-161.334	0	-161.334
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-161.334	0	-161.334
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	174.477	42.576	217.053
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	174.477	0	174.477
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	42.576	42.576
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	42.576	42.576
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	145.731	0	-132.588	-13.143	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	145.731	0	-132.588	-13.143	0	0
5.07	Saldos Finais	637.756	0	86.894	0	88.353	813.003

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	492.025	0	160.218	0	43.734	695.977
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	492.025	0	160.218	0	43.734	695.977
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-70.400	0	-70.400
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-70.400	0	-70.400
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	129.664	2.043	131.707
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	129.664	0	129.664
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.043	2.043
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	59.264	-59.264	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	59.264	-59.264	0	0
5.07	Saldos Finais	492.025	0	219.482	0	45.777	757.284

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	1.299.853	794.480	669.509
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.221.749	764.681	596.145
7.01.02	Outras Receitas	2.042	6.848	78.209
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	76.594	23.899	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Crêds. Liquidação Duvidosa	-532	-948	-4.845
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-837.905	-413.429	-395.013
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-747.123	-341.852	-333.017
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-60.924	-42.682	-42.448
7.02.04	Outros	-29.858	-28.895	-19.548
7.03	Valor Adicionado Bruto	461.948	381.051	274.496
7.04	Retenções	-25.955	-21.284	-21.742
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-25.955	-21.284	-21.742
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	435.993	359.767	252.754
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	23.618	66.832	60.497
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.147	-6.267	-7.148
7.06.02	Receitas Financeiras	14.471	73.099	67.645
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	459.611	426.599	313.251
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	459.611	426.599	313.251
7.08.01	Pessoal	221.638	142.176	123.979
7.08.01.01	Remuneração Direta	191.066	121.223	115.501
7.08.01.02	Benefícios	30.572	20.953	8.478
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	173.134	101.248	51.755
7.08.02.01	Federais	173.134	101.248	51.755
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	14.544	13.117	7.653
7.08.03.01	Juros	11.728	9.411	5.515
7.08.03.02	Aluguéis	2.816	3.706	2.338
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	50.295	170.058	129.664
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	40.108	161.334	70.400
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.189	8.724	59.264

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
1	Ativo Total	1.954.520	1.746.708	1.367.241
1.01	Ativo Circulante	1.164.282	1.068.695	760.182
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	99.911	195.418	147.807
1.01.02	Aplicações Financeiras	74.786	127.166	683
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	74.786	127.166	683
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	74.786	127.166	683
1.01.03	Contas a Receber	390.727	317.677	237.448
1.01.03.01	Clientes	390.727	317.677	237.448
1.01.03.01.01	Duplicatas a receber	237.952	186.183	140.395
1.01.03.01.02	Valores a receber - repasse FINAME fabricante	152.775	131.494	97.053
1.01.04	Estoques	536.699	358.674	344.878
1.01.06	Tributos a Recuperar	48.935	51.204	15.347
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	48.935	51.204	15.347
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	13.224	18.556	14.019
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	13.224	18.556	14.019
1.02	Ativo Não Circulante	790.238	678.013	607.059
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	339.204	274.089	265.282
1.02.01.04	Contas a Receber	239.580	216.328	178.448
1.02.01.04.01	Duplicatas a receber	20.714	13.108	11.489
1.02.01.04.02	Valores a receber - repasse FINAME fabricante	218.866	203.222	166.959
1.02.01.07	Tributos Diferidos	10.557	23.934	24.822
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10.557	23.934	24.822
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	89.067	33.827	62.012
1.02.01.10.03	Tributos a recuperar	70.472	28.256	54.401
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	12.097	1.884	1.930
1.02.01.10.05	Outros créditos	6.498	3.687	5.681
1.02.02	Investimentos	16.621	18.388	18.181
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	16.621	18.388	18.181
1.02.03	Imobilizado	370.348	314.748	269.235

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	370.348	314.748	269.235
1.02.04	Intangível	64.065	70.788	54.361
1.02.04.01	Intangíveis	64.065	70.788	54.361
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	64.065	70.788	54.361

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2	Passivo Total	1.954.520	1.746.708	1.367.241
2.01	Passivo Circulante	576.153	586.801	395.429
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	46.062	36.163	21.288
2.01.01.01	Obrigações Sociais	46.062	36.163	21.288
2.01.02	Fornecedores	129.391	96.054	51.451
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	129.391	96.054	51.451
2.01.03	Obrigações Fiscais	21.246	13.182	15.553
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	21.246	13.182	15.553
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	21.246	13.182	15.553
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	213.562	238.126	173.826
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	213.562	238.126	173.826
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	213.562	238.126	173.826
2.01.05	Outras Obrigações	164.447	202.060	132.505
2.01.05.02	Outros	164.447	202.060	132.505
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	18.191	91.130	39.523
2.01.05.02.04	Adiantamento de clientes	103.997	70.462	68.200
2.01.05.02.05	Participações a pagar	7.680	4.856	1.205
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	34.579	35.612	23.577
2.01.06	Provisões	1.445	1.216	806
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.445	1.216	806
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	1.445	1.216	806
2.02	Passivo Não Circulante	413.406	345.323	212.930
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	368.603	298.378	175.652
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	368.603	298.378	175.652
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	368.603	298.378	175.652
2.02.02	Outras Obrigações	3.095	3.277	5.194
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.095	3.277	5.194
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	3.095	3.277	5.194
2.02.03	Tributos Diferidos	41.361	43.372	31.630

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	41.361	43.372	31.630
2.02.04	Provisões	347	296	454
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	347	296	454
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	347	296	454
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	964.961	814.584	758.882
2.03.01	Capital Social Realizado	637.756	637.756	492.025
2.03.04	Reservas de Lucros	233.695	86.894	219.482
2.03.04.01	Reserva Legal	0	0	54.321
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	233.695	86.894	165.161
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	91.837	88.353	45.777
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.673	1.581	1.598

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.383.499	973.150	765.506
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-936.710	-674.321	-556.808
3.03	Resultado Bruto	446.789	298.829	208.698
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-235.241	-191.961	-104.205
3.04.01	Despesas com Vendas	-110.895	-91.055	-85.621
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-128.644	-108.210	-97.913
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-85.846	-74.005	-70.138
3.04.02.02	Participação e honorários da Administração	-15.721	-11.687	-7.305
3.04.02.03	Pesquisa e desenvolvimento	-27.077	-22.518	-20.470
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.298	7.304	79.329
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	211.548	106.868	104.493
3.06	Resultado Financeiro	1.718	62.277	61.600
3.06.01	Receitas Financeiras	15.718	74.049	69.942
3.06.01.01	Receitas Financeiras	12.332	69.529	69.942
3.06.01.02	Variação cambial, líquida	3.386	4.520	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-14.000	-11.772	-8.342
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-14.000	-11.772	-4.741
3.06.02.02	Variação cambial, líquida	0	0	-3.601
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	213.266	169.145	166.093
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-9.118	5.554	-36.183
3.08.01	Corrente	3.434	6.220	-20.652
3.08.02	Diferido	-12.552	-666	-15.531
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	204.148	174.699	129.910
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	204.148	174.699	129.910
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	203.774	174.477	129.664
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	374	222	246
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	2,78	2,69	2,06

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	2,78	2,69	2,06

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	204.148	174.699	129.910
4.02	Outros Resultados Abrangentes	3.484	42.576	2.043
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	207.632	217.275	131.953
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	207.258	217.053	131.707
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	374	222	246

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	41.657	145.634	116.056
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	230.355	132.699	72.626
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	213.266	169.145	166.093
6.01.01.02	Resultado financeiro e variação cambial, não realizados	-16.387	-80.611	-59.094
6.01.01.03	Depreciação e amortização	42.376	36.847	33.548
6.01.01.04	Constituição (reversão) para cred de liq duvidosa de contas a receber, outros cred e máquinas usadas	-980	3.510	722
6.01.01.05	Reversão para realização dos estoques	-5.435	8.558	-4.280
6.01.01.06	Ganho (perda) na alienação de imobilizado e intangível	-2.251	-4.792	-3.214
6.01.01.08	Constituição (reversão) de provisão para passivos eventuais	-234	42	-61.149
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-187.976	13.494	47.221
6.01.02.01	Aplicações financeiras	0	0	-194
6.01.02.02	Duplicatas a receber	-44.754	-3.433	34.294
6.01.02.04	Valores a receber - repasse FINAME fabricante	-36.252	-78.134	-57.122
6.01.02.05	Estoques	-160.223	-22.354	-40.050
6.01.02.06	Impostos e contribuições a recuperar	-26.573	-3.270	20.327
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-10.213	46	96.825
6.01.02.08	Outros créditos	11.881	70.329	20.702
6.01.02.09	Fornecedores	34.952	41.438	5.011
6.01.02.10	Salários e encargos sociais	9.899	14.875	-3.579
6.01.02.11	Impostos e contribuições a recolher	-2.343	-22.980	-33.935
6.01.02.12	Adiantamento de clientes	33.535	2.262	-3.266
6.01.02.13	Outros contas a pagar	2.115	14.715	8.208
6.01.03	Outros	-722	-559	-3.791
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos	-722	-559	-3.791
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-46.227	-169.037	-32.667
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-100.321	-46.784	-36.688
6.02.02	Aumento do intangível	-2.791	-1.131	-80
6.02.03	Venda de imobilizado	4.505	5.361	4.301
6.02.07	Aplicações Financeiras	52.380	-126.483	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-93.636	65.129	-33.908
6.03.01	Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	-130.398	-88.916	-45.904
6.03.02	Novos empréstimos e financiamentos	129.906	209.469	71.412
6.03.03	Pagamentos de financiamentos	-118.226	-140.013	-94.096
6.03.04	Juros pagos	-12.438	-4.865	-1.657
6.03.05	Novos financiamentos - FINAME fabricante	220.079	184.304	124.937
6.03.06	Pagamentos de financiamentos - FINAME fabricante	-151.067	-83.574	-71.149
6.03.07	Juros pagos - FINAME fabricante	-31.492	-11.276	-17.451
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	2.699	5.885	-2.102
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-95.507	47.611	47.379
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	195.418	147.807	100.428
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	99.911	195.418	147.807

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Inicial	637.756	0	86.894	0	88.353	813.003	1.581	814.584
5.03	Saldo Inicial Ajustado	637.756	0	86.894	0	88.353	813.003	1.581	814.584
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-56.973	0	-56.973	-281	-57.254
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-16.867	0	-16.867	0	-16.867
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-40.106	0	-40.106	0	-40.106
5.04.08	Dividendos distribuídos por controladora	0	0	0	0	0	0	-281	-281
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	203.774	3.484	207.258	374	207.632
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	203.774	0	203.774	374	204.148
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.484	3.484	0	3.484
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	146.801	-146.801	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	146.801	-146.801	0	0	0	0
5.07	Saldo Final	637.756	0	233.695	0	91.837	963.288	1.674	964.962

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Inicial	492.025	0	219.462	0	45.777	757.264	1.590	758.882
5.03	Saldo Inicial Ajustados	492.025	0	219.482	0	45.777	757.284	1.598	758.882
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-161.334	0	-161.334	-239	-161.573
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-161.334	0	-161.334	0	-161.334
5.04.08	Dividendos distribuídos por controlada	0	0	0	0	0	0	-239	-239
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	174.477	42.576	217.053	222	217.275
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	174.477	0	174.477	222	174.699
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	42.576	42.576	0	42.576
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	42.576	42.576	0	42.576
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	145.731	0	-132.568	-13.143	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	145.731	0	-132.568	-13.143	0	0	0	0
5.07	Saldo Final	637.756	0	86.894	0	88.353	813.003	1.581	814.584

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldo Inicial	492.025	0	160.218	0	43.734	695.977	1.626	697.603
5.03	Saldo Inicial Ajustados	492.025	0	160.218	0	43.734	695.977	1.626	697.603
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-70.400	0	-70.400	-274	-70.674
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-70.400	0	-70.400	0	-70.400
5.04.08	Dividendos distribuídos por controlada	0	0	0	0	0	0	-274	-274
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	129.664	2.043	131.707	246	131.953
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	129.664	0	129.664	246	129.910
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.043	2.043	0	2.043
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	2.043	2.043	0	2.043
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	59.264	-59.264	0	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	59.264	-59.264	0	0	0	0
5.07	Saldo Final	492.025	0	219.482	0	45.777	757.284	1.598	758.882

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	1.621.358	1.109.398	940.043
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.541.446	1.081.705	860.639
7.01.02	Outras Receitas	4.298	7.304	79.329
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	76.594	23.899	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Crêds. Liquidação Duvidosa	-980	-3.510	75
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-972.784	-609.316	-554.839
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-823.750	-485.529	-460.441
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-111.068	-75.801	-54.095
7.02.04	Outros	-37.966	-47.986	-40.303
7.03	Valor Adicionado Bruto	648.574	500.082	385.204
7.04	Retenções	-42.376	-36.847	-33.548
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-42.376	-36.847	-33.548
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	606.198	463.235	351.656
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	15.718	74.049	69.942
7.06.02	Receitas Financeiras	15.718	74.049	69.942
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	621.916	537.284	421.598
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	621.916	537.284	421.598
7.08.01	Pessoal	358.954	251.322	226.261
7.08.01.01	Remuneração Direta	328.382	230.369	217.783
7.08.01.02	Benefícios	30.572	20.953	8.478
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	195.404	98.924	52.545
7.08.02.01	Federais	195.404	98.924	52.545
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.171	16.997	13.156
7.08.03.01	Juros	10.614	11.772	8.342
7.08.03.02	Aluguéis	6.557	5.225	4.814
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	50.387	170.041	129.636
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	40.108	161.334	70.400
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	10.189	8.724	59.264
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	92	-17	-28

Release de Resultados 4T21

1º de fevereiro de 2022



31 de dezembro de 2021

Cotação em 28/01/2022
ROMI3 - R\$15,80 por ação

Valor de mercado
R\$1.158 milhões
US\$214,8 milhões

Quantidade de ações
Ordinárias: 73.333.922
Total: 73.333.922

Free Float = 50,8%

**Teleconferência de Resultados transmitida pela web em português,
com tradução simultânea para inglês**

02 de fevereiro de 2022

11h (São Paulo) | 14h (Londres) | 09h (Nova York)

https://us02web.zoom.us/webinar/register/WN_EkHLU0xcQKmrzMvY5c46jw

ID Zoom: 819 2233 0725

Telefone para conexão: +55 (11) 4632-2236

Números de discagens internacionais: <https://us02web.zoom.us/j/kszWE5ZfN>

**Santa Bárbara d'Oeste – SP,
31 de dezembro de 2021**

A Indústrias Romi S.A. (“Romi” ou “Companhia”) (B3: ROMI3), líder nacional nos mercados de Máquinas-ferramenta e Máquinas para Processamento de Plásticos e importante produtora de Fundidos e Usinados, anuncia seus resultados do quarto trimestre de 2021 (“4T21”). As informações operacionais e financeiras da Romi, exceto quando indicadas de outra forma, são consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (Internacional Financial Reporting Standards – IFRS).

As declarações contidas neste release, relativas às perspectivas dos negócios da Romi, projeções de resultados operacionais e financeiros e referências ao potencial de crescimento da Companhia, constituem meras previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao seu desempenho futuro. Essas expectativas são altamente dependentes do comportamento do mercado, da situação econômica do Brasil, da indústria e dos mercados internacionais. Portanto, estão sujeitas a mudanças.

**Contato Relações com
Investidores**

Fábio B. Taiair
Diretor de R.I.
(19) 3455-9418
dri@romi.com

Destaques

EBITDA no 4T21 foi de R\$85,2 (+22,7% vs 4T20);

Entrada de pedidos de R\$542,1M no 4T21 (+39,0% vs 4T20);

Carteira de pedidos alcança R\$795,3M ao final do 4T21 (+55,9% vs 4T20)

- A receita operacional líquida consolidada do 4T21 atingiu R\$442,8 milhões, crescimento de 22,8% em relação ao 4T20. Com o maior volume de faturamento e o controle eficaz dos custos e despesas, o EBITDA, no 4T21, apresentou crescimento de 22,7% em relação ao obtido no 4T20;
- Na Unidade de Máquinas Romi, a receita operacional líquida, no 4T21, apresentou crescimento de 28,0% em relação ao 4T20, decorrente da consolidação do sucesso das novas linhas de produtos e da retomada da demanda nos mercados interno e externo. A evolução da receita, aliada ao controle efetivo das despesas operacionais, resultou em um crescimento de 37,3% no lucro operacional, nesse mesmo período de comparação.
- A entrada de pedidos na Unidade de Máquinas Romi, no 4T21 apresentou crescimento de 3,6 p.p. em relação ao 4T20, e no ano apresentou crescimento de 45,3% em relação a 2020, reflexo do ambiente favorável aos investimentos, da tecnologia embarcada nos nossos produtos e das novas alternativas de negócios, como, por exemplo, a locação de máquinas;
- A entrada de pedidos na Unidade de Fundidos e Usinados, no 4T21, apresentou um crescimento de 209,5%, quando comparada ao 4T20, reflexo da continuidade dos pedidos das peças de grande porte para o setor de energia e da retomada de todos os demais segmentos industriais atendidos por essa unidade;
- A entrada de pedidos em 2021 na Unidade Burkhardt+Weber atingiu EUR28,3 milhões, crescimento de 41,6% em relação ao ano de 2020, reflexo da retomada dos projetos antes paralisados em virtude da pandemia;
- A carteira de pedidos total da Companhia, ao final do 4T21, alcançou R\$795,3 milhões, um crescimento de 55,9% em relação ao 4T20, com destaque para as unidades de negócio de Máquinas Romi e Fundidos e Usinados.

	Trimestral					Acumulado		
R\$ mil	4T20 ¹	3T21 ³	4T21	Var. 4T21/3T21	Var. 4T21/4T20	2020 ²	2021 ³	Var. 2021/2020
Volume de Receita								
Máquinas Romi (unidades)	329	312	338	8,3%	2,7%	860	1.201	39,7%
Máquinas Burkhardt+Weber (unidades)	7	6	7	16,7%	0,0%	17	18	5,9%
Fundidos e Usinados (toneladas)	6.528	7.819	6.089	-22,1%	-6,7%	21.943	27.045	23,3%
Receita Operacional Líquida	360.643	366.577	442.834	20,8%	22,8%	973.150	1.383.499	42,2%
Margem bruta (%)	32,2%	31,3%	32,0%			30,7%	32,3%	
Lucro Operacional (EBIT)	61.007	56.122	74.009	31,9%	21,3%	106.868	211.548	98,0%
Margem operacional (%)	16,9%	15,3%	16,7%			11,0%	15,3%	
Lucro Operacional (EBIT) - ajustado	59.336	56.122	74.009	31,9%	24,7%	106.152	211.548	99,3%
Margem operacional (%) - ajustada	16,5%	15,3%	16,7%			10,9%	15,3%	
Resultado Líquido	86.406	85.850	54.739	-36,2%	-36,6%	174.699	204.148	16,9%
Margem líquida (%)	24,0%	23,4%	12,4%			18,0%	14,8%	
Resultado Líquido - ajustado	48.974	40.789	54.739	34,2%	11,8%	101.323	159.091	57,0%
Margem líquida (%) - ajustada	13,6%	11,1%	12,4%			10,4%	11,5%	
EBITDA	71.115	66.826	85.183	27,5%	19,8%	143.685	253.924	76,7%
Margem EBITDA (%)	19,7%	18,2%	19,2%			14,8%	18,4%	
EBITDA - ajustado	69.444	66.826	85.183	27,5%	22,7%	142.969	253.924	77,6%
Margem EBITDA (%) - ajustada	19,3%	18,2%	19,2%			14,7%	18,4%	
Investimentos (4)	15.861	25.696	36.542	42,2%	130,4%	44.068	99.815	126,5%

(1) 4T20: A Companhia reconheceu, nas demonstrações financeiras do 4T20, os efeitos do êxito no processo fiscal movido em face da Eletrobrás, que impactaram o resultado do trimestre da seguinte maneira: (i) EBIT/EBITDA: acrescido em R\$1,7 milhão, em virtude do reconhecimento do ganho referente ao valor principal, reduzido pelas despesas com os honorários advocatícios, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”; (ii) resultado financeiro: acrescido em R\$37,5 milhões, referente à atualização monetária do valor original dos créditos; e (iii) lucro líquido: acrescido pelo impacto do ganho líquido no montante de R\$38,4 milhões, já considerando os efeitos de Imposto de Renda e contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, propostos em dezembro de 2020, conforme Aviso aos Acionistas datado de 08 de dezembro de 2020.

(2) 2020: A Companhia reconheceu, nas demonstrações financeiras do 4T20 e do 1T20, os efeitos do êxito no processo fiscal (Plano Verão e Eletrobrás), que impactaram o resultado do trimestre da seguinte maneira: (i) EBIT/EBITDA: acrescido em R\$0,7 milhão, em virtude do reconhecimento do ganho referente ao valor principal do processo Eletrobrás, reduzido pelas despesas com os honorários advocatícios, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”; (ii) resultado financeiro: acrescido em R\$62,6 milhões, referente à atualização monetária do valor original dos créditos; (iii) Imposto de Renda e contribuição social: acrescidos em R\$10,8 milhões, referentes ao valor original dos créditos referentes ao Plano Verão; e (iv) lucro líquido: acrescido pelo impacto do ganho líquido no montante de R\$73,4 milhões, já considerando os efeitos de Imposto de Renda e contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, propostos em abril e dezembro de 2020, conforme Avisos aos Acionistas datados de 17 de março de 2020 e 08 dezembro de 2020.

(3) 3T21: Em 20 de março de 2019, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança na qual busca a recuperação de tributos que julga ter pago indevidamente nos últimos cinco anos, em razão da não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à atualização monetária e juros de mora na restituição e ressarcimento de créditos tributários. Tal matéria foi submetida ao rito de repercussão geral em 24 de setembro de 2021, quando ao julgar o recurso extraordinário número 1.063.187, o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, decidiu pela não incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à atualização monetária e juros na restituição e ressarcimento de créditos tributários, conforme transcrito a seguir: “É inconstitucional a incidência de IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes a taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário”. Os efeitos dos reconhecimentos representaram os seguintes impactos nas demonstrações dos resultados: (i) receitas financeiras: R\$2,1 milhões; e (ii) Imposto de Renda e contribuição social sobre o lucro: R\$42,9 milhões.

EBITDA = Lucro antes dos juros, dos impostos, da depreciação e da amortização.

(4) Dos investimentos realizados no 4T20, 3T21, 4T21, 2021 e 2020, os montantes de R\$8,6 milhões, R\$9,4 milhões, R\$10,2 milhões, R\$38,9 milhões e R\$22,3 milhões referem-se a máquinas de fabricação da própria Companhia que foram destinadas ao negócio de locação de máquinas, uma nova solução lançada no 3T20.

Perfil Corporativo



A Romi, fundada em 1930, é líder no mercado brasileiro de máquinas e equipamentos industriais e importante fabricante de peças fundidas e usinadas.

A Companhia está listada no “Novo Mercado” da B3, reservado às empresas com maior nível de governança corporativa. A Romi desenvolve e fabrica Máquinas-ferramenta (Tornos Convencionais, Tornos a CNC - Controle Numérico Computadorizado, Centros de Torneamento, Centros de Usinagem, Tornos Verticais e Horizontais Pesados e Extrapesados e Mandrilhadoras), Máquinas para Processamento de Plásticos via injeção ou sopro e Peças Fundidas em ferro cinzento ou nodular, que podem ser fornecidas brutas ou usinadas. Os produtos e serviços da Companhia são de elevado grau tecnológico, embarcando tecnologias da Indústria 4.0, que permitem o uso inteligente dos dados gerados, seja por meio de inteligência artificial no próprio equipamento ou da análise de grande volume de dados (*big data*), enviado por meio das redes (conectividade) para uma análise centralizada. Esses equipamentos são vendidos mundialmente e utilizados por diversos segmentos industriais, tais como máquinas agrícolas, de bens de capital, de bens de consumo, de embalagens, de ferramentaria, de equipamentos hidráulicos, de saneamento, automotivo e de energia eólica, entre muitos outros.

A Companhia conta com 13 unidades fabris, sendo quatro unidades de montagem final de máquinas industriais, duas fundições, quatro unidades de usinagem de componentes mecânicos, duas unidades para fabricação de componentes de chapas de aço e uma unidade para montagem de painéis eletrônicos. Destas, 11 estão localizadas no Brasil e duas na Alemanha. A capacidade instalada de produção de máquinas industriais e de fundidos é de, respectivamente, cerca de 2.900 unidades e 50.000 toneladas por ano.

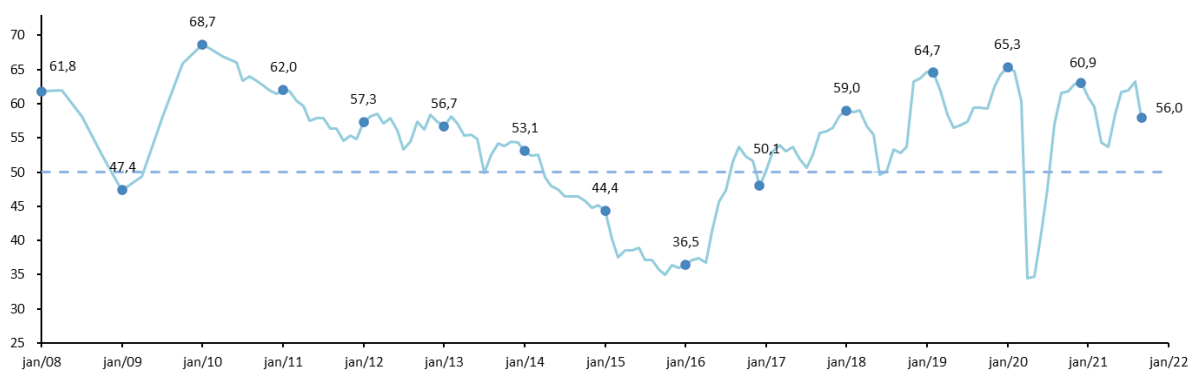
Conjuntura

O ano de 2021 se encerrou indicando a continuidade de um ambiente favorável para a realização de investimento, conforme iniciado em meados de 2020. Essa recuperação importante no volume de negócios pode ser notada em todas as unidades, tanto nos negócios para o mercado doméstico, quanto exportações e na Unidade de Negócio Burkhardt Weber. Embora o atual nível de juros reais e as perspectivas indiquem a sua elevação, o atual patamar cambial e os custos e disponibilidade logística global continuam estimulando a indústria nacional e o país em geral a destinar uma maior parcela da produção para o Brasil, assim como buscar maior produtividade e preservação da competitividade. Diante dos sinais mais concretos dessa retomada ocorrida em 2020, a Companhia se preparou, principalmente, em relação aos pedidos de matérias-primas e componentes junto à cadeia de suprimentos, o que tem permitido que possamos atender aos clientes em um prazo adequado e competitivo. A Romi está preparada para continuar apoiando seus clientes com produtos de alta tecnologia e com prazos adequados às necessidades do mercado.

No mercado externo, também temos notado uma recuperação dos pedidos por máquinas, não apenas para Máquinas Romi, mas também Máquinas BW, essa última com pedidos relevantes concretizados durante 2021. Esses pedidos são reflexos da recuperação econômica e consequente volume crescente de oportunidades, tanto no continente asiático, quanto na Europa.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI) também demonstra uma forte recuperação da confiança ao longo do ano de 2021, sendo que, nos meses mais recentes, esse índice se estabilizou em patamar considerado muito positivo para novos investimentos.

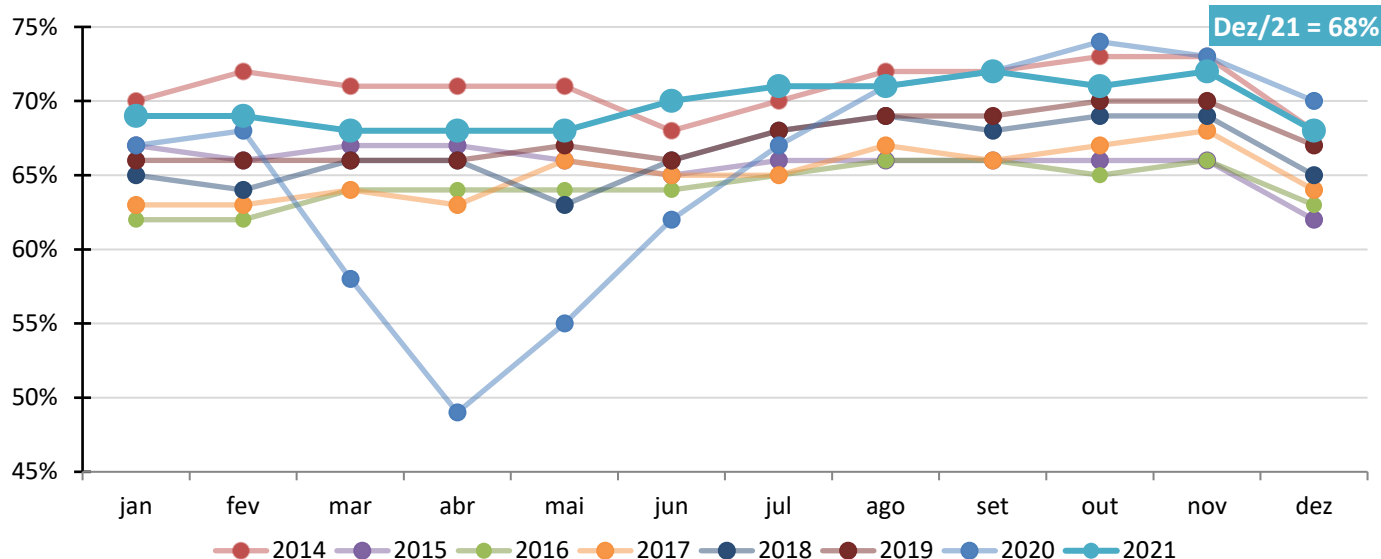
Índice de Confiança do Empresário Industrial – ICEI



Fonte: CNI-ICEI, janeiro de 2022

Tendo sofrido o impacto da pandemia, o Índice da Utilização da Capacidade Instalada (UCI) da indústria nacional em geral, elaborado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), retornou aos níveis normais a partir de agosto de 2020, e continua em níveis favoráveis à realização de investimentos.

Utilização Média da Capacidade Instalada (UCI)



Fonte: CNI – UCI, dezembro de 2021

Os últimos anos têm sido marcados por um ambiente de incerteza e alta volatilidade, com grandes desafios em relação à gestão de volume de produção, por exemplo. Diante disso, continuamos implementando medidas com o objetivo de tornar a estrutura mais leve e a forma de planejar e produzir ainda mais ágil e flexível, para responder rapidamente às oscilações da demanda. Ao longo dos últimos anos, efetuamos diversas otimizações, principalmente, nas estruturas indiretas e na automatização dos processos internos. Também reforçamos o foco em projetos de redução de custos e despesas, além de realizarmos investimentos em automação e produtividade, centrados no incremento da rentabilidade, o que se pode notar desde o ano de 2017. Estrategicamente, definimos como prioridade o desenvolvimento de novas gerações de produtos, com evolução significativa no conteúdo tecnológico, alinhadas às necessidades da Indústria 4.0, sendo que as linhas, lançadas em 2018 e 2019, estão se consolidando com muito sucesso nos mercados doméstico e internacional. Isso nos dá muita confiança de que estamos muito bem preparados para continuar capturando as oportunidades da retomada da economia doméstica e no Exterior.

Mercado

As principais vantagens competitivas da Companhia no mercado – investimentos contínuos em desenvolvimento de produtos e soluções com tecnologia de ponta, rede de distribuição direta no país, assistência técnica própria e permanente, locação de máquinas, disponibilidade de financiamento atrativo em moeda local aos seus clientes e curto prazo de entrega dos seus produtos – são reconhecidas pelos clientes, conferindo à marca ROMI sua tradicional e prestigiosa reputação.

Entrada de Pedidos

Entrada de Pedidos (R\$ mil) Valores brutos, com impostos	4T20	3T21	4T21	Var. 4T21/3T21	Var. 4T21/4T20	2020	2021	Var. 21/20
Máquinas Romi	208.471	258.857	216.012	-16,6%	3,6%	628.608	913.176	45,3%
Máquinas Burkhardt+Weber	99.346	29.896	71.606	139,5%	-27,9%	125.541	181.747	44,8%
Fundidos e Usinados	82.250	126.711	254.545	100,9%	209,5%	319.197	636.167	99,3%
Total *	390.067	415.465	542.162	30,5%	39,0%	1.073.345	1.731.090	61,3%

* Os valores informados relativos à entrada e à carteira de pedidos não incluem peças e serviços.

Embora o ambiente ainda apresente incertezas, principalmente, relacionadas à pandemia, a recuperação das atividades industriais iniciada em meados de 2020 continuou ao longo do ano de 2021. A confiança do empresário industrial vem apresentando patamares favoráveis, assim como a desvalorização cambial continua impulsionando o volume de entrada de pedidos na Unidade de Máquinas Romi observado no 4T21 e em 2021. Além das novas gerações de produtos comentadas anteriormente, com evoluções importantes de tecnologia na parte mecatrônica, compensação térmica e conectividade, a Companhia tem buscado alternativas para viabilizar novos negócios aos seus clientes, como a locação de máquinas, por exemplo. Tais iniciativas contribuíram para o bom resultado. Em 2021, foram locadas 165 máquinas, cujos contratos representam R\$41,9 milhões. Desde a data de lançamento dessa solução ao mercado, ocorrida em junho de 2020, foram locadas 273 máquinas, cujos contratos representam R\$ 65,4 milhões. Tais contratos possuem vigência de 12 até 24 meses.

A subsidiária alemã BW, no 4T21, conseguiu novos pedidos, que somaram R\$71,6 milhões, demonstrando a recuperação econômica da Ásia e também dos projetos na Europa. Acumulada em 2021, a entrada de pedidos totalizou R\$181,7 milhões, crescimento de 44,8% em relação ao mesmo período de 2020.

A Unidade de Fundidos e Usinados apresentou, no 4T21, um crescimento na entrada de pedidos de 209,5%, quando comparada com o 4T20, demonstrando não somente a intensificação dos negócios de peças fundidas de grande porte para o segmento de energia, mas também uma retomada dos demais setores atendidos por essa unidade de negócio.

Carteira de Pedidos

Carteira de Pedidos (R\$ mil)	4T20	3T21	4T21	Var. 4T21/3T21	Var. 4T21/4T20
Valores brutos, com impostos					
Máquinas Romi	254.213	400.366	357.382	-10,7%	40,6%
Máquinas Burkhardt+Weber	126.200	144.727	107.583	-25,7%	-14,8%
Fundidos e Usinados	129.612	185.538	330.310	78,0%	154,8%
Total *	510.024	730.632	795.276	8,8%	55,9%

* Os valores informados relativos à entrada e à carteira de pedidos não incluem peças e serviços.

Ao final do quarto trimestre de 2021, a carteira de pedidos apresentou um crescimento de 55,9% em comparação com o mesmo período de 2020. Esse crescimento está relacionado ao maior volume de negócios de Máquinas Romi, no mercado doméstico e externo, sendo que esse último demonstrou importante recuperação em 2021. A subsidiária alemã B+W também demonstrou evolução no volume de pedidos quando comparada ao ano de 2020, que permitiu, mesmo diante de um volume de faturamento elevado no 4T21, terminar o ano de 2021 com uma carteira 14,8% abaixo do final de 2020. O maior volume na entrada de pedidos foi reflexo da retomada dos projetos antes paralisados em virtude da pandemia. Na unidade de negócios de Fundidos e Usinados, os mercados agrícola, automotivo comercial e de construção têm demonstrado recuperação, além do mercado de peças pesadas, que continua bastante aquecido, conforme se nota pelo crescimento no volume de novos pedidos nessa unidade.

Desempenho Operacional

Receita Operacional Líquida por Unidade de Negócio

A receita operacional líquida registrada pela Companhia no 4T21 atingiu R\$442,8 milhões, montante 22,8% superior ao 4T20, respectivamente, com crescimento em todas as unidades de negócio, cujos destaques foram as Unidades de Negócios Máquinas Romi e Fundidos e Usinados.

Receita Operacional Líquida (em R\$ mil)	Trimestral					Acumulado		
	4T20	3T21	4T21	Var. 4T21/3T21	Var. 4T21/4T20	2020	2021	Var. 21/20
Máquinas Romi	177.300	194.669	227.022	16,6%	28,0%	462.876	746.642	61,3%
Máquinas Burkhardt+Weber	107.761	55.064	119.073	116,2%	10,5%	261.222	245.312	-6,1%
Fundidos e Usinados	75.582	116.844	96.739	-17,2%	28,0%	249.052	391.548	57,2%
Total	360.643	366.577	442.834	20,8%	22,8%	973.150	1.383.502	42,2%

Máquinas Romi

A receita operacional líquida desta Unidade de Negócio atingiu R\$227,0 milhões no 4T21, apresentando um crescimento de 28,0%, quando comparada com o 4T20, reflexo da recuperação do volume de pedidos no mercado doméstico a partir de junho de 2020 e da retomada dos pedidos no mercado externo em 2021.

Máquinas Burkhardt+Weber

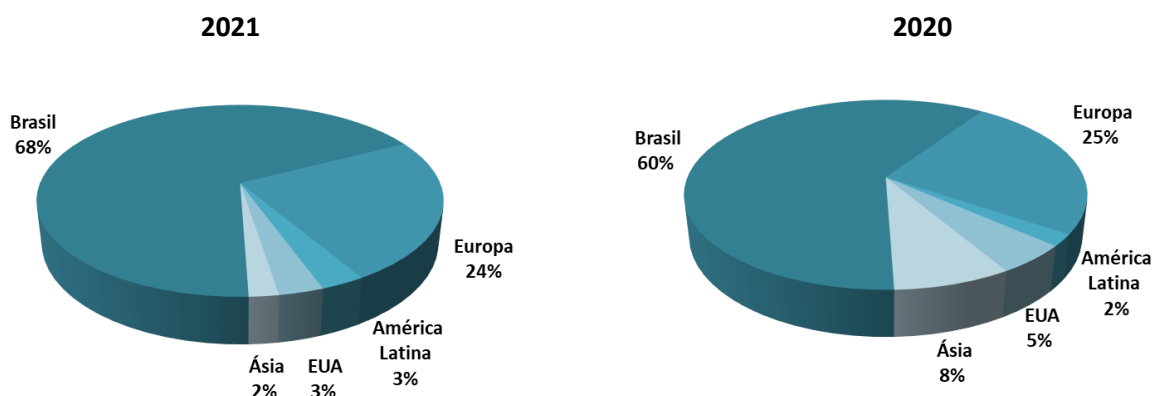
O faturamento da subsidiária alemã BW, em reais, apresentou, no 4T21, volume 10,5% superior ao observado no 4T20, reflexo da retomada gradual dos projetos anteriormente paralisados em virtude dos efeitos da pandemia. Contudo, o ano de 2021 ainda continuou sendo impactado pelos efeitos da Covid-19, principalmente, no volume de faturamento. Vale ressaltar que o volume de novos pedidos, a partir do quarto trimestre de 2020, apresentou crescimento significativo, conforme pode ser verificado na entrada de pedidos do ano de 2021, que superou o ano de 2020 em 44,8%.

Fundidos e Usinados

A receita operacional líquida desta Unidade de Negócio foi de R\$96,8 milhões no 4T21, o que representa um crescimento de 28,0% em relação ao 4T20, devido à continuidade dos negócios relacionados às peças fundidas e usinadas de grande porte para o setor de energia e da retomada dos demais segmentos atendidos por esta unidade.

Receita Operacional Líquida por Região Geográfica

O mercado doméstico foi responsável por 68% da receita consolidada da Romi em 2021 (60% em 2020). Considerando a receita obtida no mercado externo, que leva em conta as vendas realizadas pelas subsidiárias da Romi no Exterior (Alemanha, China, Estados Unidos, Itália, Reino Unido, França, México e Espanha) e as vendas diretas para os demais mercados, a distribuição do faturamento consolidado da Romi por região geográfica foi a seguinte:



A seguir, demonstramos a receita obtida no mercado externo, em reais (R\$) e em dólares norte-americanos (US\$):

Receita Operacional Líquida no Mercado Externo	Trimestral					Acumulado		
	4T20	3T21	4T21	Var. 4T21/3T21	Var. 4T21/4T20	2020	2021	Var. 2021/2020
ROL (em R\$ milhões):	151,9	106,3	203,6	91,5%	34,0%	393,3	460,1	17,0%
ROL (em US\$ milhões):	28,0	20,3	36,3	78,8%	29,6%	74,4	84,8	14,0%

No mercado externo, a Ásia reduziu a sua participação no faturamento consolidado em 2021 quando comparado com 2020, devido ao menor faturamento da subsidiária alemã BW. A América Latina aumentou sua participação, principalmente, na América do Sul.

Margem Bruta e Operacional Ajustada

A margem bruta obtida no 4T21 foi de 32,0%, representando uma queda de -0,2 p.p. em relação ao 4T20, devido à queda na margem bruta da Unidade de Fundidos e Usinados. A margem operacional (EBIT), nesse mesmo período, apresentou uma queda de -0,1 p.p., pelos motivos mencionados acima. Importante mencionar que as demais unidades de Negócio, Máquinas Romi e Máquinas B+W, apresentaram evolução em suas margens bruta e operacional no mesmo período de comparação, reflexo do maior volume de receitas, aliado ao foco em projetos voltados à melhoria da eficiência operacional e ao controle eficiente das despesas operacionais.

Margem Bruta	Trimestral					Acumulado		
	4T20	3T21	4T21	Var. p.p. 4T21/3T21	Var. p.p. 4T21/4T20	2020	2021	Var. pp 2021/2020
Máquinas Romi	41,0%	41,8%	45,2%	3,5	4,2	42,7%	43,2%	0,5
Máquinas Burkhardt+Weber	24,7%	12,7%	28,0%	15,3	3,3	19,6%	19,4%	(0,2)
Fundidos e Usinados	22,5%	22,6%	6,1%	(16,5)	(16,3)	20,1%	19,5%	(0,5)
Total	32,2%	31,3%	32,0%	0,8	(0,2)	30,7%	32,3%	1,6

Margem Operacional (EBIT) Ajustado ¹	Trimestral					Acumulado		
	4T20 ¹	3T21	4T21	Var. p.p. 4T21/3T21	Var. p.p. 4T21/4T20	2020	2021	Var. pp 2021/2020
Máquinas Romi	24,8%	23,8%	26,6%	2,8	1,8	18,8%	24,1%	5,3
Máquinas Burkhardt+Weber	8,6%	-11,0%	15,3%	26,3	6,7	0,8%	-1,1%	(1,9)
Fundidos e Usinados	8,0%	13,6%	-5,1%	(18,7)	(13,1)	6,9%	8,7%	1,9
Total	16,5%	15,3%	16,7%	1,3	0,2	10,9%	15,3%	4,4

(1) 4T20: encontra-se ajustado pelos impactos do processo judicial referente à Eletrobrás, no qual a Companhia obteve êxito, conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras; 2020: encontra-se ajustado pelos impactos dos processos judiciais referentes ao Plano Verão e à Eletrobrás, nos quais a Companhia obteve êxito, conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras.

Máquinas Romi

A margem bruta desta Unidade de Negócio, no 4T21, apresentou um aumento de 4,2 p.p., quando comparada ao 4T20, reflexo do maior volume de faturamento e do *mix* de produtos. A evolução da receita operacional líquida, aliada ao efetivo controle das despesas operacionais, resultou em uma expansão de 1,8 p.p. na margem operacional (EBIT), no mesmo período de comparação.

Máquinas Burkhardt+Weber

A margem bruta e a margem operacional desta unidade de negócio, no 4T21, apresentaram, respectivamente, um crescimento de 3,3 p.p. e de 6,7 p.p., em relação ao 4T20. Os projetos focados em melhoria da rentabilidade iniciados há cerca de dois anos, os quais continuamos implementando e evoluindo, começam a impactar positivamente os resultados operacionais da B+W.

Fundidos e Usinados

A margem bruta desta Unidade de Negócio, no 4T21, apresentou redução de -16,3 p.p., em relação ao 4T20, assim como a margem operacional (EBIT), que, no mesmo período de comparação, apresentou uma queda de -13,1 p.p.. Essa redução deve-se à ocorrência de gastos incrementais relacionados a aspectos de qualidade nas peças, a transportes emergenciais, com o desenvolvimento inicial de novas peças, assim como o impacto dos custos fixos durante a parada de final de ano.

EBITDA e Margem EBITDA

No 4T21, a geração operacional de caixa medida pelo EBITDA foi de R\$85,2 milhões, representando uma margem EBITDA de 19,2%. Em comparação com o EBITDA Ajustado obtido no 4T20, houve um crescimento de 22,7%, tal como mostra o quadro a seguir:

Reconciliação do Resultado Líquido com o EBITDA	Trimestral					Acumulado	
	4T20 ¹	3T21	4T21	Var. 4T21/3T21	Var. 4T21/4T20	2020	2021
R\$ mil							
Resultado Líquido	86.406	85.850	54.735	-36,2%	-36,7%	174.699	204.148
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.958	(28.159)	17.068	-160,6%	114,5%	(5.554)	9.118
Resultado Financeiro Líquido	(33.357)	(1.569)	2.203	-240,4%	-106,6%	(62.277)	(1.718)
Depreciação e Amortização	10.108	10.704	11.177	4,4%	10,6%	36.817	42.376
EBITDA	71.115	66.826	85.183	27,5%	19,8%	143.685	253.924
Margem EBITDA	19,7%	18,2%	19,2%	5,5%	-2,5%	14,8%	18,4%
EBITDA - Ajustado¹	69.444	66.826	85.183	27,5%	22,7%	142.969	253.924
Margem EBITDA - Ajustado¹	19,3%	18,2%	19,2%	5,5%	-0,1%	14,7%	18,4%
Receita Operacional Líquida Total	360.643	366.577	442.834	20,8%	22,8%	973.150	1.383.499

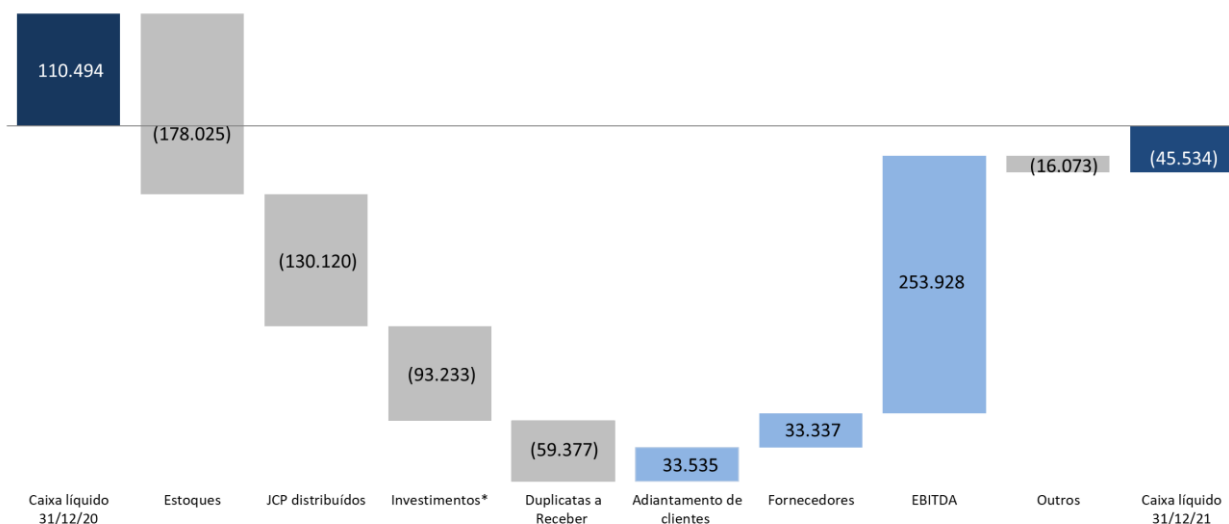
(1) 4T20: encontra-se ajustado pelos impactos do processo judicial referente à Eletrobrás, no qual a Companhia obteve êxito, conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras; 2020: encontra-se ajustado pelos impactos dos processos judiciais referentes ao Plano Verão e à Eletrobrás, nos quais a Companhia obteve êxito, conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras.

Resultado Líquido

O resultado líquido no 4T21 foi positivo em R\$ 54,7 milhões, representando um crescimento de 11,8% em relação ao lucro líquido ajustado do 4T20.

Evolução da Posição Líquida de Caixa (Dívida)

As principais variações ocorridas na posição de caixa líquida durante o 4T21 estão descritas a seguir, em R\$ mil:



*Os saldos de "Investimentos" estão líquidos dos impactos reconhecidos em conformidade com o CPC 06 (R2), operações de arrendamento mercantil, equivalentes à norma internacional IFRS 16 – Leases.

A evolução da posição líquida de caixa, no ano de 2021, apresentou as seguintes principais variações:

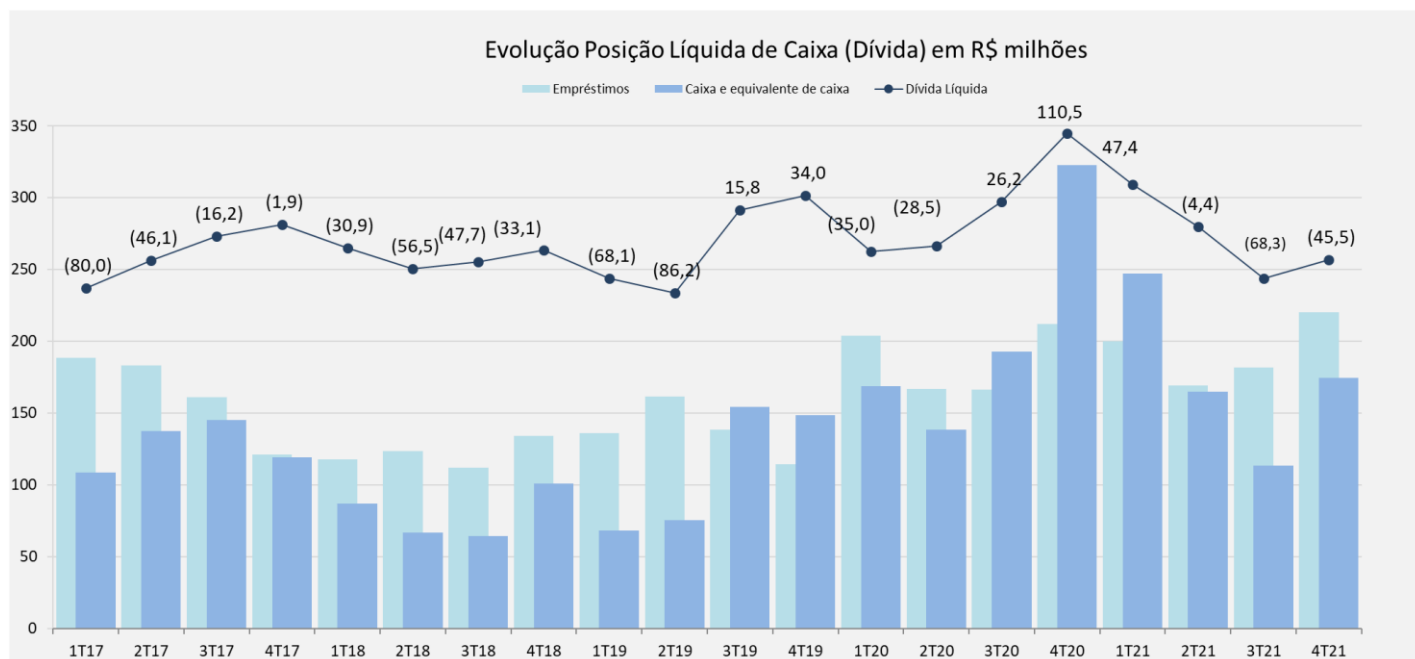
- Aumento dos estoques refere-se ao crescimento de cerca de 56% na carteira de pedidos, quando comparada com dezembro de 2020, aos aspectos inflacionários e ao aumento do prazo de entrega de fornecedores relevantes;
- Pagamentos dos juros sobre o capital próprio, declarados em dezembro de 2020 e ao longo de 2021 e pagos durante o ano;
- Investimentos realizados no ano de 2021, destinados à manutenção, produtividade, flexibilidade e competitividade das demais unidades do parque industrial e relativos ao novo negócio de locação de máquinas;
- Aumento do contas a receber, principalmente, devido ao elevado volume de faturamento da subsidiária alemã B+W, cujos valores serão recebidos no início do ano de 2022; e
- Aumento da conta de adiantamento de clientes devido ao aumento do volume de novos pedidos e, consequentemente, da carteira de pedidos.

Posição Financeira

As aplicações financeiras são realizadas com instituições financeiras com baixo risco de crédito e têm rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A posição consolidada líquida de caixa, em 31 de dezembro de 2021, era negativa em R\$45,5 milhões.

Os empréstimos da Companhia destinam-se, basicamente, a investimentos na modernização do parque fabril, à pesquisa e ao desenvolvimento de novos produtos e a financiamentos de exportação e importação. Em 31 de dezembro de 2021, o montante dos financiamentos em moeda nacional era de R\$64,3 milhões e o montante em moeda estrangeira somava R\$157,044 milhões, totalizando o montante de R\$221,4 milhões, sendo que R\$32,3 milhões possuem vencimento em até 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía registrado, como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, o montante de R\$174,7 milhões.



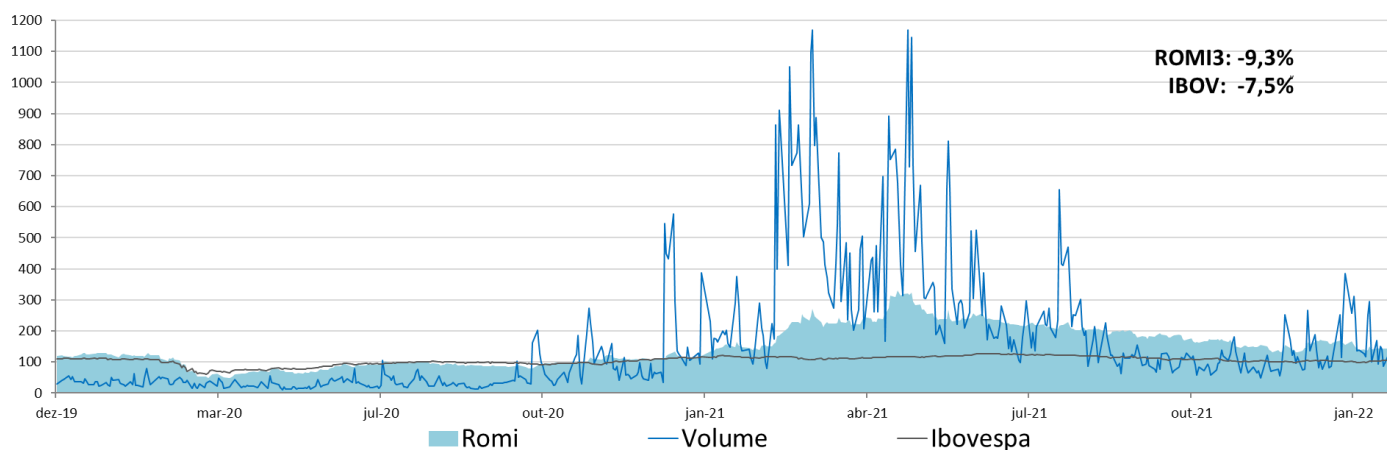
Os saldos de "Operação Finame fabricante" não são utilizados para o cálculo da dívida líquida da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não tinha transações com derivativos.

Mercado de Capitais

Desempenho da Ação Romi3 x Ibovespa

Período: 30/12/2019 a 28/01/2022



Fonte: B3.

Em 28 de janeiro de 2022, as ações ordinárias da Companhia (ROMI3), que estavam cotadas a R\$15,80, apresentaram valorização de 2,3% desde 30 de dezembro de 2020 e uma desvalorização de -10,0% desde 30 de dezembro de 2019. O Ibovespa registrou desvalorização de -6,0% e -3,2% nos mesmos períodos.

O valor de mercado da Companhia, em 28 de janeiro de 2022, era de R\$1.158 milhões. O volume médio diário de negociação, durante o 4T21, foi de R\$11,7 milhões.

Balço Patrimonial Consolidado

IFRS (R\$ mil)

ATIVO	31/12/20	30/09/21	31/12/21	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/20	30/09/21	31/12/21
CIRCULANTE	1.068.695	1.137.982	1.164.282	CIRCULANTE	586.801	574.515	576.153
Caixa e equivalentes de caixa	195.418	63.188	99.911	Financiamentos	115.422	34.170	70.732
Aplicações financeiras	127.166	50.283	74.786	Valores a pagar - FINAME fabricante	122.704	138.253	142.830
Duplicatas a receber	186.183	193.624	237.952	Fornecedores	96.054	156.606	129.391
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	131.494	147.982	152.775	Salários e encargos sociais	36.163	55.593	46.062
Estoques	358.674	584.342	536.699	Impostos e contribuições a recolher	13.182	23.225	21.246
Impostos e contribuições a recuperar	51.204	84.277	48.935	Adiantamento de clientes	70.462	107.083	103.997
Outros valores a realizar	18.556	14.286	13.224	Participações a pagar	4.856	4.886	7.680
Depósitos judiciais	-	-	-	Dividendos e juros sobre o capital próprio	91.130	25.513	18.191
				Provisão para passivos eventuais	1.216	1.525	1.445
				Outras contas a pagar	35.612	27.661	34.579
NÃO CIRCULANTE	274.089	330.486	339.204	NÃO CIRCULANTE	345.323	404.876	413.406
Duplicatas a receber	13.106	24.778	20.714	Financiamentos	96.668	147.600	149.499
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	203.222	217.650	218.866	Valores a pagar - FINAME fabricante	201.710	211.616	219.104
Impostos e contribuições a recuperar	28.256	49.050	70.472	Imposto de renda e contribuição social diferidos	43.372	41.490	41.361
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.934	21.078	10.557	Provisão para passivos eventuais	296	561	347
Depósitos judiciais	1.884	12.092	12.097	Outras contas a pagar	3.277	3.609	3.095
Outros valores a realizar	3.687	5.838	6.498				
INVESTIMENTOS				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	813.003	919.233	963.288
Imobilizado	314.748	349.784	370.348	Capital social	637.756	637.756	637.756
Propriedades para investimento	18.388	16.621	16.621	Reservas de lucros	86.894	189.845	233.695
Intangível	70.788	65.310	64.065	Ajuste de avaliação patrimonial	88.353	91.632	91.837
TOTAL DO ATIVO	1.746.708	1.900.183	1.954.520	PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	1.581	1.559	1.673
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	814.584	920.792	964.961
				TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.746.708	1.900.183	1.954.520

IFRS (R\$ mil)

	4T20	3T21	4T21	Var. 4T21/3T21	Var. 4T21/4T20	2020	2021	Var. 2021/2020
Receita Operacional Líquida	360.643	366.577	442.834	20,8%	22,8%	973.150	1.383.499	42,2%
Custo dos produtos e serviços vendidos	(244.426)	(251.945)	(300.965)	19,5%	23,1%	(674.321)	(936.710)	38,9%
Lucro Bruto	116.217	114.632	141.869	23,8%	22,1%	298.829	446.789	49,5%
Margem Bruta %	32,2%	31,3%	32,0%			30,7%	32,3%	
Receitas (despesas) Operacionais	(55.210)	(58.510)	(67.860)	16,0%	22,9%	(191.961)	(235.241)	22,5%
Comerciais	(29.855)	(26.943)	(33.635)	24,8%	12,7%	(91.055)	(110.895)	21,8%
Pesquisa e desenvolvimento	(6.037)	(7.001)	(6.909)	-1,3%	14,4%	(22.518)	(27.077)	20,2%
Gerais e administrativas	(20.937)	(21.904)	(22.297)	1,8%	6,5%	(74.005)	(85.846)	16,0%
Participação e honorários da Administração	(4.101)	(3.938)	(4.632)	17,6%	12,9%	(11.687)	(15.721)	34,5%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5.720	1.276	(387)	-130,3%	-106,8%	7.304	4.298	-41,2%
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	61.007	56.122	74.009	31,9%	21,3%	106.868	211.548	98,0%
Margem Operacional %	16,9%	15,3%	16,7%			11,0%	15,3%	
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro - Ajustado (*)	59.336	56.122	74.009	31,9%	24,7%	106.152	211.548	99,3%
Margem Operacional % - Ajustada (*)	16,5%	15,3%	16,7%			10,9%	15,3%	
Resultado Financeiro	33.357	1.569	(2.203)	-240,4%	-106,6%	62.277	1.718	-97,2%
Receitas financeiras	38.498	4.869	2.708	-44,4%	-93,0%	69.529	12.332	-82,3%
Despesas financeiras	(3.804)	(3.224)	(3.677)	14,0%	-3,4%	(11.772)	(14.000)	18,9%
Variações cambiais, líquidas	(1.337)	(76)	(1.234)	1523,7%	-7,7%	4.520	3.386	-25,1%
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	94.364	57.691	71.807	24,5%	-23,9%	169.145	213.266	26,1%
Imposto de renda/Contribuição social	(7.958)	28.159	(17.068)	-160,6%	114,5%	5.554	(9.118)	-264,2%
Lucro do período	86.406	85.850	54.739	-36,2%	-36,6%	174.699	204.148	16,9%
Margem Líquida %	24,0%	23,4%	12,4%			18,0%	14,8%	
Lucro Líquido Atribuído a:								
Participação dos controladores	86.317	85.747	54.625	-36,3%	-36,7%	174.476	203.774	16,8%
Participação dos não controladores	89	103	114	10,7%	28,1%	222	374	68,5%
EBITDA	71.115	66.826	85.183	27,5%	19,8%	143.686	253.924	76,7%
Resultado líquido	86.406	85.850	54.735	-36,2%	-36,7%	174.699	204.148	16,9%
Imposto de renda e contribuição social	7.958	(28.159)	17.068	-160,6%	114,5%	(5.554)	9.118	-264,2%
Resultado financeiro líquido	(33.357)	(1.569)	2.203	-240,4%	-106,6%	(62.277)	(1.718)	-97,2%
Depreciação e amortização	10.108	10.704	11.177	4,4%	10,6%	36.818	42.376	15,1%
Margem EBITDA %	19,7%	18,2%	19,2%			14,8%	18,4%	
EBITDA - Ajustado (*)	69.444	66.826	85.183	27,5%	22,7%	142.999	253.924	77,6%
Margem EBITDA % - Ajustada (*)	19,3%	18,2%	19,2%			14,7%	18,4%	
Nº de ações (mil)	73.334	73.334	73.334			73.334	73.334	
Lucro por ação - R\$	1,18	1,17	0,74			2,58	2,78	7,7%

Fluxo de Caixa Consolidado

IFRS (R\$ mil)

	4T20	3T21	4T21	2020	2021
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	94.364	57.691	71.803	169.145	213.266
Despesa (Receita) financeira e variação cambial	(28.404)	4.718	(11.092)	(80.611)	(16.387)
Depreciação e amortização	10.137	12.040	9.841	36.847	42.376
Reversão para créditos de liq. duvidosa de contas a receber	2.565	(511)	255	3.510	(980)
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(2.601)	(249)	(1.507)	(4.792)	(2.251)
Perda (ganho) para realização do estoque	(2.158)	230	(1.449)	8.558	(5.435)
Provisão (reversão) para passivos eventuais	(99)	324	(369)	42	(234)
Duplicatas a receber	(32.106)	(12.661)	(34.699)	(3.433)	(44.754)
Valores a receber - repasse Finame fabricante	(37.126)	(9.326)	(6.149)	(78.134)	(36.252)
Estoques	59.109	(72.147)	60.361	(22.354)	(160.223)
Impostos e contribuições a recuperar	32.971	6.759	(18.487)	(3.270)	(26.573)
Depósitos judiciais	3	(10.116)	(5)	46	(10.213)
Outros valores a realizar	21.719	4.016	8.554	70.329	11.881
Fornecedores	18.373	4.795	(27.682)	41.438	34.952
Salários e encargos sociais	(1.366)	10.269	(9.531)	14.875	9.899
Impostos e contribuições a recolher	(48.013)	(8.104)	24.139	(22.980)	(2.343)
Adiantamento de clientes	(8.894)	5.108	(3.086)	2.262	33.535
Outras contas a pagar	3.281	4.892	9.265	14.715	2.115
Caixa gerado (aplicado) nas operações	81.755	(2.272)	70.162	146.193	42.379
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido pagos	(256)	(41)	(390)	(559)	(722)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais	81.499	(2.313)	69.772	145.634	41.657
Aplicações financeiras	(115.069)	3.974	(24.503)	(126.483)	52.380
Aquisição de imobilizado	(17.910)	(14.223)	(43.518)	(46.784)	(100.321)
Receita na venda de imobilizado	3.624	802	2.394	5.361	4.505
Aquisição de intangível	(357)	(347)	(2.221)	(1.131)	(2.791)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(129.712)	(9.794)	(67.848)	(169.037)	(46.227)
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(49.298)	(36.472)	(18.290)	(88.916)	(130.398)
Novos empréstimos e financiamentos	57.669	22.105	50.269	209.469	129.906
Pagamento de financiamentos	(3.139)	(18.043)	(9.973)	(140.013)	(118.226)
Juros pagos (incluindo juros pagos Finame fabricante)	(4.152)	(12.778)	(12.244)	(16.141)	(43.930)
Novos financiamentos - Finame fabricante	73.259	58.414	61.691	184.304	220.079
Pagamento de financiamentos - Finame fabricante	(29.530)	(39.183)	(41.482)	(83.574)	(151.067)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	44.809	(25.957)	29.971	65.129	(93.636)
Fluxo de Caixa Líquido	(3.404)	(38.064)	31.895	41.726	(98.206)
Ganhos (perdas) cambiais sobre o saldo de caixa das controladas no exterior	18.351	(9.424)	4.828	5.885	2.699
Caixa e equivalentes de caixa - início do período	180.472	110.676	63.188	147.807	195.418
Caixa e equivalentes de caixa - fim do período	195.418	63.188	99.911	195.418	99.911

Anexo I – DRE por Unidade de Negócio

Demonstração do Resultado Consolidado por Unidade de Negócio - 4T21

R\$ mil	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e Usinados	Total
Receita Operacional Líquida	227.022	119.073	96.739	442.834
Custo dos produtos e serviços vendidos	(111.903)	(85.767)	(103.295)	(300.965)
Transferências remetidas	256	-	12.729	12.985
Transferências recebidas	(12.729)	-	(256)	(12.985)
Lucro Bruto	102.645	33.306	5.918	141.869
<i>Margem Bruta %</i>	<i>45,2%</i>	<i>28,0%</i>	<i>6,1%</i>	<i>32,0%</i>
Despesas Operacionais	(42.214)	(15.060)	(10.850)	(68.124)
Vendas	(24.120)	(7.780)	(1.734)	(33.634)
Gerais e administrativas	(10.749)	(7.280)	(4.920)	(22.949)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.868)	-	(2.041)	(6.909)
Participação e honorários da Administração	(2.477)	-	(2.155)	(4.632)
Outras receitas operacionais	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro	60.431	18.246	(4.932)	73.745
<i>Margem Operacional %</i>	<i>26,6%</i>	<i>15,3%</i>	<i>-5,1%</i>	<i>16,7%</i>
Lucro (prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro - Ajustado (*)	60.431	18.246	(4.932)	73.745
<i>Margem Operacional % - Ajustada (*)</i>	<i>26,6%</i>	<i>15,3%</i>	<i>-5,1%</i>	<i>16,7%</i>
Depreciação e amortização	5.005	3.150	3.020	11.175
EBITDA	65.436	21.396	(1.912)	84.920
<i>Margem EBITDA %</i>	<i>28,8%</i>	<i>18,0%</i>	<i>-2,0%</i>	<i>19,2%</i>
EBITDA - Ajustado (*)	65.436	21.396	(1.912)	84.920
<i>Margem EBITDA % - Ajustada (*)</i>	<i>28,8%</i>	<i>18,0%</i>	<i>-2,0%</i>	<i>19,2%</i>

Demonstração do Resultado Consolidado por Unidade de Negócio - 4T20

R\$ mil	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e Usinados	Total
Receita Operacional Líquida	177.300	107.761	75.582	360.643
Custo dos produtos e serviços vendidos	(96.614)	(81.178)	(66.634)	(244.426)
Transferências remetidas	325	-	8.354	8.679
Transferências recebidas	(8.354)	-	(325)	(8.679)
Lucro Bruto	72.657	26.583	16.977	116.217
<i>Margem Bruta %</i>	<i>41,0%</i>	<i>24,7%</i>	<i>22,5%</i>	<i>32,2%</i>
Despesas Operacionais	(26.996)	(17.291)	(10.923)	(55.210)
Vendas	(18.643)	(9.385)	(1.827)	(29.855)
Gerais e administrativas	(7.704)	(7.906)	(5.327)	(20.937)
Pesquisa e desenvolvimento	(4.504)	-	(1.533)	(6.037)
Participação e honorários da Administração	(1.865)	-	(2.236)	(4.101)
Outras receitas operacionais	5.720	-	-	5.720
Lucro (prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro	45.661	9.292	6.054	61.007
<i>Margem Operacional %</i>	<i>25,8%</i>	<i>8,6%</i>	<i>8,0%</i>	<i>16,9%</i>
Lucro (prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro - Ajustado (*)	43.990	9.292	6.054	59.336
<i>Margem Operacional % - Ajustada (*)</i>	<i>24,8%</i>	<i>8,6%</i>	<i>8,0%</i>	<i>16,5%</i>
Depreciação e amortização	3.726	3.648	2.734	10.108
EBITDA	49.387	12.940	8.788	71.115
<i>Margem EBITDA %</i>	<i>27,9%</i>	<i>12,0%</i>	<i>11,6%</i>	<i>19,7%</i>
EBITDA - Ajustado (*)	47.716	12.940	8.788	69.444
<i>Margem EBITDA % - Ajustada (*)</i>	<i>26,9%</i>	<i>12,0%</i>	<i>11,6%</i>	<i>19,3%</i>

Demonstração do Resultado Consolidado por Unidade de Negócio - 2021

R\$ mil	Máquinas Romi	Burkhardt + Weber	Fundidos e Usinados	Total
Receita Operacional Líquida	746.639	245.312	391.548	1.383.499
Custo dos produtos e serviços vendidos	(363.322)	(197.734)	(375.654)	(936.710)
Transferências remetidas	1.209	-	61.753	62.962
Transferências recebidas	(61.753)	-	(1.209)	(62.962)
Lucro Bruto	322.773	47.578	76.438	446.789
Margem Bruta %	43,2%	19,4%	19,5%	32,3%
Despesas Operacionais	(142.773)	(50.237)	(42.231)	(235.241)
Vendas	(81.871)	(20.742)	(8.282)	(110.895)
Gerais e administrativas	(35.938)	(31.356)	(18.552)	(85.846)
Pesquisa e desenvolvimento	(19.435)	-	(7.642)	(27.077)
Participação e honorários da Administração	(7.966)	-	(7.755)	(15.721)
Outras receitas operacionais	2.437	1.861	-	4.298
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro	180.000	(2.659)	34.207	211.548
Margem Operacional %	24,1%	-1,1%	8,7%	15,3%
Lucro (prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro - Ajustado (*)	180.000	(2.659)	34.207	211.548
Margem Operacional % - Ajustada (*)	24,1%	-1,1%	8,7%	15,3%
Depreciação e amortização	18.427	12.134	11.815	42.376
EBITDA	198.427	9.475	46.022	253.924
Margem EBITDA %	26,6%	3,9%	11,8%	18,4%
EBITDA - Ajustado (*)	198.427	9.475	46.022	253.924
Margem EBITDA % - Ajustada (*)	26,6%	3,9%	11,8%	18,4%

Demonstração do Resultado Consolidado por Unidade de Negócio - 2020

R\$ mil	Máquinas Romi	Burkhardt + Weber	Fundidos e Usinados	Total
Receita Operacional Líquida	462.877	261.221	249.052	973.150
Custo dos produtos e serviços vendidos	(241.338)	(209.955)	(223.028)	(674.321)
Transferências remetidas	1.285	-	25.196	26.481
Transferências recebidas	(25.196)	-	(1.285)	(26.481)
Lucro Bruto	197.628	51.266	49.935	298.829
Margem Bruta %	42,7%	19,6%	20,1%	30,7%
Despesas Operacionais	(110.000)	(49.127)	(32.834)	(191.961)
Vendas	(66.149)	(19.854)	(5.052)	(91.055)
Gerais e administrativas	(28.502)	(29.273)	(16.230)	(74.005)
Pesquisa e desenvolvimento	(17.085)	-	(5.433)	(22.518)
Participação e honorários da Administração	(5.568)	-	(6.119)	(11.687)
Outras receitas operacionais	7.304	-	-	7.304
Lucro (Prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro	87.628	2.139	17.101	106.868
Margem Operacional %	18,9%	0,8%	6,9%	11,0%
Lucro (prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro - Ajustado (*)	86.912	2.139	17.101	106.152
Margem Operacional % - Ajustada (*)	18,8%	0,8%	6,9%	10,9%
Depreciação e amortização	13.313	11.927	11.607	36.847
EBITDA	100.941	14.066	28.708	143.715
Margem EBITDA %	21,8%	5,4%	11,5%	14,8%
EBITDA - Ajustado (*)	100.225	14.066	28.708	142.999
Margem EBITDA % - Ajustada (*)	21,7%	5,4%	11,5%	14,7%

Anexo II – Demonstrações Financeiras da BW

Balanço Patrimonial BW

	(€ Mil)		
ATIVO	31/12/20	30/09/21	31/12/21
CIRCULANTE	19.544	24.693	24.277
Caixa e equivalentes de caixa	3.262	916	3.415
Duplicatas a receber	9.154	6.177	11.557
Estoques	6.342	15.194	7.611
Impostos e contribuições a recuperar	331	793	383
Imposto de renda e contribuição social diferidos	60	902	155
Partes relacionadas	-	50	404
Outros valores a realizar	395	661	752
Investimentos			
Imobilizado	13.338	12.638	12.581
Investimentos em controladas	-	-	-
Intangível	10.931	10.209	9.989
TOTAL DO ATIVO	43.813	47.540	46.847
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/20	30/09/21	31/12/21
CIRCULANTE	10.421	17.364	14.825
Financiamentos	-	-	-
Fornecedores	888	3.697	1.403
Salários e encargos sociais	891	1.526	885
Impostos e contribuições a recolher	187	420	1.164
Adiantamento de clientes	5.209	8.366	6.895
Outras contas a pagar	2.834	2.878	3.487
Partes relacionadas	412	477	991
NÃO CIRCULANTE	9.483	9.020	8.892
Financiamentos	5.338	5.089	5.006
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.145	3.931	3.886
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.908	21.156	23.130
Capital social	7.025	7.025	7.025
Reservas de capital	505	505	505
Reservas de lucros	16.378	13.626	15.600
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	43.813	47.540	46.847

Demonstração do Resultado BW

	(€ Mil)			(€ Mil)	
	4T20	3T21	4T21	2020	2021
Receita Operacional Líquida	16.907	8.899	18.683	43.243	38.971
Custo dos produtos e serviços vendidos	(12.582)	(7.779)	(13.456)	(34.740)	(31.349)
Lucro (prejuízo) Bruto	4.325	1.120	5.227	8.503	7.622
Margem Bruta %	25,6%	12,6%	28,0%	19,7%	19,6%
Despesas Operacionais	(2.690)	(2.114)	(2.361)	(8.283)	(7.919)
Comerciais	(1.460)	(857)	(1.219)	(3.297)	(3.282)
Gerais e Administrativas	(1.230)	(1.257)	(1.141)	(4.986)	(4.636)
Lucro (prejuízo) Operacional Antes do Resultado Financeiro	1.635	(994)	2.867	220	(297)
Margem Operacional %	9,7%	-11,2%	15,3%	0,5%	-0,8%
Resultado Financeiro	(321)	(104)	(81)	(825)	(277)
Lucro (prejuízo) Operacional	1.314	(1.098)	2.786	(605)	(574)
Imposto de Renda / Contribuição Social	(546)	276	(702)	(223)	275
Lucro (prejuízo) do período	768	(823)	2.084	(828)	(300)
Margem Líquida %	4,5%	-9,2%	11,2%	-1,9%	-0,8%
EBTIDA	2.164	(568)	3.443	2.097	1.645
Resultado Líquido	768	(823)	2.084	(828)	(300)
Imposto de Renda / Contribuição Social	546	(276)	702	223	(275)
Resultado Financeiro Líquido	321	104	81	(825)	277
Depreciação e amortização	529	426	576	1.877	1.942
Margem EBITDA %	12,8%	-6,4%	18,4%	4,9%	4,2%

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
ATIVO	Nota Explicativa	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	PASSIVO	Nota Explicativa	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	28.047	140.932	99.911	195.418	Financiamentos	13	70.541	115.025	70.732	115.422
Aplicações financeiras	3	74.786	127.166	74.786	127.166	Financiamentos - FINAME fabricante	14	142.830	122.704	142.830	122.704
Contas a receber	4	123.874	98.974	237.952	186.183	Fornecedores		115.340	87.756	129.391	96.054
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	152.775	131.494	152.775	131.494	Salários e encargos sociais		37.882	27.272	46.062	36.163
Estoques	6	431.176	266.114	536.699	358.674	Impostos e contribuições a recolher		7.086	7.553	21.246	13.182
Partes relacionadas	8	53.303	47.052	-	-	Adiantamentos de clientes		53.046	32.156	103.997	70.462
Impostos e contribuições a recuperar	9	40.337	44.538	48.935	51.204	Participações a pagar		7.680	4.856	7.680	4.856
Outros créditos		6.833	13.686	13.224	18.556	Dividendos e juros sobre o capital próprio		17.983	91.130	18.191	91.130
						Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	1.445	1.216	1.445	1.216
						Outras contas a pagar		5.020	3.811	34.579	35.612
						Partes relacionadas	8	3.096	430	-	-
		911.131	869.956	1.164.282	1.068.695			461.949	493.909	576.153	586.801
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber	4	13.439	11.161	20.714	13.106	Financiamentos	13	117.868	62.384	149.499	96.668
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	5	218.866	203.222	218.866	203.222	Financiamentos - FINAME fabricante	14	219.104	201.710	219.104	201.710
Partes relacionadas	8	51.473	34.223	-	-	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	347	296	347	296
Impostos e contribuições a recuperar	9	70.466	28.250	70.472	28.256	Outras contas a pagar		15	48	3.095	3.277
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	9.599	23.552	10.557	23.934	Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	7	11.089	11.129	-	-
Depósitos judiciais	15	12.097	1.884	12.097	1.884	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	41.361	43.372
Outros créditos		5.932	3.054	6.498	3.687			348.423	275.567	413.406	345.323
		381.872	305.346	339.204	274.089	TOTAL DO PASSIVO		810.372	769.476	989.559	932.124
Investimentos em controladas	7	191.012	180.393	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Imobilizado	11	275.200	212.188	370.348	314.748	Capital social	17	637.756	637.756	637.756	637.756
Propriedade para investimento	10	13.500	13.500	16.621	18.388	Reserva de lucros		233.695	86.894	233.695	86.894
Intangível	12	945	1.096	64.065	70.788	Ajuste de avaliação patrimonial		91.837	88.353	91.837	88.353
		862.529	712.523	790.238	678.013			963.288	813.003	963.288	813.003
						PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		-	-	1.673	1.581
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		963.288	813.003	964.961	814.584
TOTAL DO ATIVO		1.773.660	1.582.479	1.954.520	1.746.708	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.773.660	1.582.479	1.954.520	1.746.708

6

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receita operacional líquida	23	1.064.134	656.244	1.383.499	973.150
Custo dos produtos e serviços vendidos	24	(722.832)	(444.225)	(936.710)	(674.321)
Lucro bruto		341.302	212.019	446.789	298.829
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	24	(62.100)	(43.932)	(110.895)	(91.055)
Gerais e administrativas	24	(37.287)	(30.731)	(85.846)	(74.005)
Pesquisa e desenvolvimento	24	(27.077)	(22.518)	(27.077)	(22.518)
Participação e honorários da Administração	8	(15.585)	(11.584)	(15.721)	(11.687)
Resultado de participações societárias	7	9.147	(6.267)	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	26	2.042	6.848	4.298	7.304
		(130.860)	(108.184)	(235.241)	(191.961)
Lucro operacional		210.442	103.835	211.548	106.868
Receitas (despesas) financeiras					
Receitas financeiras	25	11.387	68.696	12.332	69.529
Despesas financeiras	25	(11.727)	(9.411)	(14.000)	(11.772)
Variação cambial, líquida		3.084	4.403	3.386	4.520
		2.744	63.688	1.718	62.277
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		213.186	167.523	213.266	169.145
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	16	(9.412)	6.954	(9.118)	5.554
Diferido	16	4.541	6.979	3.434	6.220
	16	(13.953)	(25)	(12.552)	(666)
Lucro líquido do exercício		203.774	174.477	204.148	174.699
Atribuível à					
Participação dos acionistas controladores				203.774	174.477
Participação dos acionistas não controladores				374	222
				204.148	174.699
 Lucro básico e diluído por ação em reais - R\$	 17	 2,78	 2,69		

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro líquido do exercício	203.774	174.477	204.148	174.699
Efeito de conversão de moeda estrangeira	3.484	42.576	3.484	42.576
Lucro abrangente do exercício	<u>207.258</u>	<u>217.053</u>	<u>207.632</u>	<u>217.275</u>
Atribuível à				
Participação dos acionistas da controladora			207.258	217.053
Participação dos acionistas não controladores			<u>374</u>	<u>222</u>
			<u>207.632</u>	<u>217.275</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Atribuído à participação dos controladores									
Nota Explicativa	Capital social	Reserva de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucro líquido do exercício	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total
		Reserva de lucros	Reserva legal	Total					
Saldos em 31 de dezembro de 2019	492.025	165.161	54.321	219.482	45.777	-	757.284	1.598	758.882
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	174.477	174.477	222	174.699
Efeito de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	-	42.576	-	42.576	-	42.576
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	42.576	174.477	217.053	222	217.275
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(161.334)	(161.334)	-	(161.334)
Dividendos distribuídos por controlada	-	-	-	-	-	-	-	(239)	(239)
Transferência entre reservas	145.731	(141.312)	8.724	(132.588)	-	(13.143)	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	145.731	(141.312)	8.724	(132.588)	-	(174.477)	(161.334)	(239)	(161.573)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	637.756	23.849	63.045	86.894	88.353	-	813.003	1.581	814.584
Saldos em 31 de dezembro de 2020	637.756	23.849	63.045	86.894	88.353	-	813.003	1.581	814.584
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	203.774	203.774	374	204.148
Efeito de conversão para moeda estrangeira	-	-	-	-	3.484	-	3.484	-	3.484
Total dos resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	-	3.484	203.774	207.258	374	207.632
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	(16.867)	(16.867)	-	(16.867)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(40.106)	(40.106)	-	(40.106)
Dividendos distribuídos por controlada	-	-	-	-	-	-	-	(282)	(282)
Transferência entre reservas	-	136.612	10.189	146.801	-	(146.801)	-	-	-
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	-	136.612	-	146.801	-	(203.774)	(56.973)	(282)	(57.255)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	637.756	160.461	73.234	233.695	91.837	-	963.288	1.673	964.961

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	Explicativa	2021	2020	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		213.186	167.523	213.266	169.145
Ajustes de:					
Resultado financeiro e variação cambial, não realizadas		(15.811)	(59.237)	(16.387)	(80.611)
Depreciação e amortização	11, 12	25.955	21.284	42.376	36.847
Constituição (reversão) para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber e outros créditos	4, 5	(532)	948	(980)	3.510
Constituição (reversão) para realização dos estoques	6	(3.885)	(804)	(5.435)	8.558
(Ganho) perda na alienação de imobilizado e intangível	26	(2.251)	(4.492)	(2.251)	(4.792)
Resultado de participações societárias	7	(9.147)	6.267	-	-
Constituição (reversão) de provisão para passivos eventuais	15	(234)	42	(234)	42
Variação nos ativos e passivos operacionais					
Contas a receber		(13.003)	(627)	(44.754)	(3.433)
Partes relacionadas (ativo e passivo)		(21.127)	(17.735)	-	-
Valores a receber - repasse FINAME fabricante		(36.257)	(78.134)	(36.252)	(78.134)
Estoques		(163.138)	(25.834)	(160.223)	(22.354)
Impostos e contribuições a recuperar		(33.507)	(3.314)	(26.573)	(3.270)
Depósitos judiciais		(10.213)	46	(10.213)	46
Outros créditos		13.334	72.678	11.881	70.329
Fornecedores		29.199	49.468	34.952	41.438
Salários e encargos sociais		10.610	12.024	9.899	14.875
Impostos e contribuições a recolher		(467)	(23.182)	(2.343)	(22.980)
Adiantamentos de clientes		20.890	19.970	33.535	2.262
Outras contas a pagar		4.539	4.664	2.115	14.715
Caixa gerado nas operações		8.141	141.555	42.379	146.193
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos		-	-	(722)	(559)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		8.141	141.555	41.657	145.634
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Aplicações financeiras	3	52.380	(126.483)	52.380	(126.483)
Aquisição de imobilizado	11	(90.808)	(42.345)	(100.321)	(46.784)
Aquisição de intangível	12	(291)	(901)	(2.791)	(1.131)
Receita na venda de imobilizado		4.505	5.361	4.505	5.361
Dividendos recebidos	7	3.970	3.216	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(30.244)	(161.152)	(46.227)	(169.037)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	17	(130.120)	(88.676)	(130.398)	(88.916)
Novos empréstimos e financiamentos		124.745	192.567	129.906	209.469
Pagamentos de financiamentos		(112.586)	(130.793)	(118.226)	(140.013)
Juros pagos		(10.341)	(4.861)	(12.438)	(4.865)
Novos financiamentos - FINAME fabricante		220.079	184.305	220.079	184.304
Pagamento de financiamentos - FINAME fabricante		(151.067)	(83.574)	(151.067)	(83.574)
Juros pagos - Finame Fabricante		(31.492)	(11.277)	(31.492)	(11.276)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		(90.782)	57.691	(93.636)	65.129
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(112.885)	38.094	(98.206)	41.726
Caixa e equivalentes de caixa - no início do exercício		140.932	102.838	195.418	147.807
Ganhos (perdas) cambiais sobre o saldo de caixa das controladas no exterior		-	-	2.699	5.885
Caixa e equivalentes de caixa - no fim do exercício		28.047	140.932	99.911	195.418

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO**
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.221.749	764.681	1.541.446	1.081.705
Receitas relativas à construção de ativos próprios	76.594	23.899	76.594	23.899
Perdas estimadas para créditos de liq. duvidosa	(532)	(948)	(980)	(3.510)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.042	6.848	4.298	7.304
	<u>1.299.853</u>	<u>794.480</u>	<u>1.621.358</u>	<u>1.109.398</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais consumidos	(747.123)	(341.852)	(823.750)	(485.529)
Outros custos de produtos e serviços prestados	(29.858)	(28.895)	(37.966)	(47.986)
Energia elétrica, serviços de terceiros e outras despesas	(60.924)	(42.682)	(111.068)	(75.801)
	<u>(837.905)</u>	<u>(413.429)</u>	<u>(972.784)</u>	<u>(609.316)</u>
Valor adicionado bruto	461.948	381.051	648.574	500.082
Depreciação e amortização	(25.955)	(21.284)	(42.376)	(36.847)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	<u>435.993</u>	<u>359.767</u>	<u>606.198</u>	<u>463.235</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de participações societárias	9.147	(6.267)	-	-
Receitas financeiras e variação cambial, líquidas	14.471	73.099	15.718	74.049
Valor adicionado total a distribuir	<u>459.611</u>	<u>426.599</u>	<u>621.916</u>	<u>537.284</u>
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Salários e encargos	175.481	109.639	312.661	218.682
Comissões sobre vendas	9.017	4.412	9.017	4.412
Participações e honorários da Administração	15.585	11.584	15.721	11.687
Participação nos resultados	20.245	15.518	20.245	15.518
Planos de previdência privada aberta complementar	1.310	1.023	1.310	1.023
Impostos, taxas e contribuições	173.134	101.248	195.404	98.924
Juros	11.728	9.411	10.614	11.772
Aluguéis	2.816	3.706	6.557	5.225
Juros sobre o capital próprio	40.106	161.334	40.106	161.334
Participação dos acionistas não controladores	-	-	92	(17)
Lucros retidos	<u>10.189</u>	<u>8.724</u>	<u>10.189</u>	<u>8.724</u>
Valor adicionado distribuído	<u>459.611</u>	<u>426.599</u>	<u>621.916</u>	<u>537.284</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

A Indústrias Romi S.A. (“Controladora”) e suas controladas (conjuntamente “Companhia” ou “Consolidado”), listada no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, desde 23 de março de 2007, com sede no município de Santa Bárbara d’Oeste, Estado de São Paulo, tem por objeto a indústria e o comércio de bens de capital em geral, de máquinas-ferramenta, de máquinas para plásticos, de equipamentos e acessórios industriais, de ferramentas, partes e peças em geral; a análise de sistemas e a elaboração de programas para processamento de dados quando ligados à produção, comercialização e uso de máquinas-ferramenta e máquinas para plásticos; a indústria e o comércio de fundidos brutos e usinados; e a exportação e importação, representação por conta própria ou de terceiros e prestação de serviços relacionados com suas atividades, bem como a participação, como sócia, acionista ou cotista, em outras sociedades civis ou comerciais e em empreendimentos comerciais de qualquer natureza, no Brasil e no exterior, e a administração de bens próprios e de terceiros.

O parque industrial da Companhia é formado por treze fábricas, em três estabelecimentos na cidade de Santa Bárbara d’Oeste, no Estado de São Paulo, e um na cidade de Reutlingen, na Alemanha, sendo essa unidade de produção de centros de usinagem de grande porte para aplicações especiais, com alta precisão e produtividade. A Companhia ainda participa em controladas no Brasil e no exterior.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 1 de fevereiro de 2022.

2 Base de apresentação e políticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), assim como, de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As práticas adotadas nas controladas são consistentes com as da controladora.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas considerando o custo histórico, como base valor, que geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 2.18.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há alterações ou interpretações em vigor para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021 que tenham impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.2 Investimentos em empresas controladas - Consolidação

(a) Controladora:

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os investimentos em empresas controladas são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial desde a data que o controle é adquirido. De acordo com este método, as participações financeiras nas controladas são reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao custo de aquisição, e são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação da Companhia nos resultados líquidos tendo como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção de efeito de tradução destas empresas, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, denominada "Ajustes de avaliação patrimonial". Estes efeitos serão reconhecidos em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento.

Após reduzir a zero o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais são consideradas, e um passivo (provisão para patrimônio líquido negativo) é reconhecido somente na extensão em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da controlada.

Do valor pago na aquisição, o montante que excede o valor justo do patrimônio líquido da adquirida na data da transação é tratado contabilmente como ágio por rentabilidade futura. Adicionalmente, os saldos dos investimentos poderão ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por recuperação do investimento (Nota 2.10).

Os dividendos recebidos de controladas são registrados como uma redução do valor dos investimentos.

(b) Consolidado:

A Companhia consolida integralmente as demonstrações financeiras da Controladora e de todas as empresas controladas. As informações sobre controle estão descritas na nota 7 – Investimento em controladas.

A participação de terceiros no patrimônio líquido e no lucro líquido das controladas é apresentada separadamente no balanço patrimonial consolidado e na demonstração consolidada do resultado, respectivamente, na conta de "Participação dos acionistas não-controladores".

As transações e saldos entre a Companhia e suas controladas são eliminados no processo de consolidação e eventuais ganhos e perdas decorrentes destas transações são igualmente eliminados. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira e das demonstrações das controladas no exterior

Os saldos de ativos e passivos da controladora e das controladas no exterior (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária) são convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado (receitas e despesas) são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações). As diferenças de efeito de tradução resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido na rubrica de "Ajustes de avaliação patrimonial".

Ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora e de suas controladas localizadas no Brasil. A moeda funcional das controladas no exterior é determinada com base no ambiente econômico principal em que elas operam, sendo que quando a moeda for diferente da moeda funcional de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, essas são convertidas para o Real (R\$) na data do fechamento.

(b) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor nas datas dos balanços. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

i) Caixa e equivalentes de caixa:

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

ii) Aplicações financeiras:

As aplicações financeiras são compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados em LTN, LFT e NTN, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

(i) Ativos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, conforme divulgado na Nota 2.16 - Reconhecimento de receita de vendas de produtos.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

(b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- i. Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida).
- ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida).
- iii. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais).
- iv. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados como ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(c) Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem duplicatas a receber, valor a receber – repasse FINAME fabricante, contas a receber com Partes Relacionadas, e outros ativos financeiros registrados como outros créditos no ativo circulante e não circulante.

(d) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

(e) Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- i. Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- ii. A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

(f) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece as estimativas de perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma complementação para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece as perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Divulgações adicionais referentes a redução ao valor recuperável do contas a receber de clientes são também fornecidas na nota explicativa 4.

(ii) Passivos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

(c) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

(d) Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide notas 13 e 14.

(e) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.6 Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido de realização (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos as despesas estimadas para realizar a venda) e o custo médio de produção ou preço médio de aquisição. As perdas para realização de estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. A Companhia custeia seus estoques por absorção, utilizando a média móvel ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da respectiva depreciação, acrescido, quando aplicável, de juros capitalizados incorridos durante a fase de construção das novas unidades. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil-econômica estimada dos bens.

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores puderem ser mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

O valor residual e a vida útil-econômica estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento de cada exercício. As vidas úteis do ativo imobilizado por categoria estão descritas na Nota 11.

O valor residual dos itens do imobilizado são baixados imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o respectivo valor recuperável.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.8 Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são representadas por terrenos e edifícios para locação mantidos para auferir rendimento de aluguel e/ou valorização do capital, conforme divulgado na Nota 10. As propriedades para investimento são registradas pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

2.9 Intangível

É avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita o benefício econômico do ativo intangível. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável (Nota 12).

Os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios (tecnologia, relacionamento de clientes, carteira de clientes) são registrados pelo valor justo, deduzido da amortização acumulada e de perdas pela não recuperabilidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis que têm vida útil definida são amortizados ao longo de suas vidas úteis usando um método de amortização que reflete o benefício econômico do ativo intangível.

Os ativos intangíveis são revisados anualmente para efeitos de avaliação por perdas pela não recuperabilidade, ou se os acontecimentos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Companhia revisa o período de amortização e o método de amortização para seus ativos intangíveis com vida útil definida ao final de cada exercício.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são registrados na rubrica de intangível, quanto aos requisitos de desenvolvimento. Quando esses critérios não são atingidos, esses gastos são registrados ao resultado do exercício quando incorridos como "Pesquisa e desenvolvimento".

2.10 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Na data de cada demonstração financeira, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo.

O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil, independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano em dezembro. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

2.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos decorrentes de operações de curto e longo prazos, quando relevante, são ajustados a valor presente com base em taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações do mercado. A taxa de desconto utilizada reflete as condições de mercado. A mensuração do ajuste a valor presente é realizada em base exponencial "pro rata die", a partir da origem de cada transação. As reversões dos ajustes dos ativos e passivos monetários são contabilizadas como receitas ou despesas financeiras.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas nos países onde a Controladora e suas subsidiárias operam e geram resultado tributável. Periodicamente a Administração avalia posições tomadas com relação a questões tributárias que estão sujeitas à interpretação e reconhece provisão quando há expectativa de pagamento de imposto de renda e contribuição social conforme as bases tributárias. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos com vigência na data-base das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, em sua totalidade, sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados, bem como são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de encerramento de exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A despesa ou receita com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.13 Benefícios a empregados

A Companhia possui diversos planos de benefícios a empregados incluindo planos de pensão e de aposentadoria (contribuição definida), assistência médica, odontológica e participação nos lucros.

O plano de aposentadoria pós-emprego caracteriza-se na modalidade de plano de contribuição definida, sobre o qual a Companhia não tem nenhuma obrigação legal caso o plano não possua ativos suficientes para o pagamento dos benefícios obtidos pelos funcionários como resultado de serviços passados prestados.

As contribuições ao plano de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidas como despesa quando efetivamente incorridas, ou seja, no momento da prestação de serviços dos empregados à Companhia (Nota 18).

2.14 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.15 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

2.16 Reconhecimento de receita de vendas de produtos

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas.

(a) Venda de produtos

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando a obrigação de performance é satisfeita. A Companhia conclui, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. Máquinas Romi e Máquinas B+W: Nesses contratos geralmente se espera que a principal obrigação de desempenho seja a entrega das máquinas. A distinção de outras obrigações de desempenho tais como a instalação/entrega técnica e treinamento são imateriais no contexto do contrato e, portanto, não possuem impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Fundidos e Usinados: Nesses contratos geralmente se espera que a venda de produtos seja a única obrigação de execução, de modo que a receita de venda de equipamentos é reconhecida no momento em que se transfere o controle do ativo para o cliente, geralmente na entrega do item.

(i) Contraprestação variável:

Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia estima o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens para o cliente. A contraprestação variável é estimada no início do contrato e restringida até que seja altamente provável que não ocorra estorno de parcela significativa de receita, no montante da receita acumulada reconhecida, quando a incerteza associada à contraprestação variável for posteriormente resolvida.

Alguns contratos com clientes de Fundidos e Usinados oferecem direito a desconto futuro por incremento de volume/ produtividade.

(ii) Obrigações de garantia

A Companhia geralmente fornece garantias para reparos gerais e não fornece garantias estendidas em seus contratos com clientes. Assim, a maioria das garantias existentes será de garantias na modalidade de asseguração de acordo com a IFRS 15 e CPC 47, que continuará a ser contabilizada de acordo com a IAS 37 e CPC 25 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, de forma condizente com sua prática atual.

(iii) Componente de financiamento

Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência da máquina para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem será de um ano ou menos. Adicionalmente, a Companhia identificou que na comercialização de máquinas seminovas, há componente de financiamento pois esta operação é financiada ao cliente final com recursos próprios da Companhia e o custo financeiro está inserido no valor de venda da máquina vendida. O preço de transação para estes contratos é descontado, utilizando a taxa que estaria refletida em uma transação de financiamento separada entre a Companhia e seus clientes no início do contrato, de modo a levar em consideração o componente de financiamento significativo.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(vi) Contraprestação não monetária

A Companhia recebeu máquinas usadas de alguns clientes como parte de pagamento na compra de máquinas novas. O valor justo desta contraprestação não monetária recebida do cliente é incluído no preço da transação e mensurado quando a Companhia obtém o controle dos equipamentos. A Companhia aplica os requisitos do CPC 46 - Mensuração do Valor Justo na apuração do valor justo da contraprestação não monetária.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.17 Provisões

As provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis são reconhecidas quando um evento passado gerou uma obrigação presente (legal ou não formalizada), é provável que haja uma saída de recursos e o valor da obrigação possa ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados à obrigação. Quando a provisão é mensurada usando o fluxo de caixa estimado para liquidar a obrigação presente, o seu valor é determinado através do valor presente desses fluxos de caixa.

Quando o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão é esperado ser recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo quando o reembolso é virtualmente certo e o montante possa ser estimado com segurança.

2.18 Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

O processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas envolve a utilização de estimativas. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, opiniões formais de especialistas, quando aplicável, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

(a) Vida útil de ativos de longa duração: a administração realiza revisão da vida útil dos principais ativos com vida útil definida anualmente.

(b) Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa e ativos de vida útil indefinida: anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) dos ativos de vida útil indefinida e, quando necessário, realiza eventuais perdas (impairment) dos ativos de vida útil definida. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (Nota 2.10).

(c) Realização e obsolescência dos estoques: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.6.

(d) Análise do risco de crédito para determinação da estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa: as premissas utilizadas estão descritas na Nota 2.5 (i) (f).

(e) Imposto de renda diferido ativo sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (Nota 2.12), assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências advindas de processos administrativos e judiciais (Nota 2.17).

(f) Análise dos demais riscos para determinação de provisões, inclusive contingências. Provisões são constituídas para todas as contingências para as quais seja provável uma saída de recursos para sua liquidação. A avaliação da probabilidade de perdas inclui a avaliação de evidências disponíveis, a hierarquia das Leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos e de especialistas, quando aplicável.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. Essas estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

2.19 Arrendamentos

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

2.20 Normas e interpretação novas e revisadas

CPCs/IFRSs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas

Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB” nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

IFRS 17 - Contratos de Seguro

Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11).

A IFRS 17 descreve o Modelo Geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como Abordagem de Taxa Variável. O Modelo Geral é simplificado se determinados critérios forem atendidos mensurando o passivo para cobertura remanescente usando a Abordagem da Alocação de Prêmios.

O Modelo Geral utiliza premissas atuais para estimativa do valor, do prazo e da incerteza de fluxos de caixa futuros e mensura explicitamente o custo dessa incerteza, levando em consideração as taxas de juros do mercado e o impacto das opções e garantias dos segurados.

Em junho de 2020, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 17 para endereçar os problemas e os desafios de implementação identificados após a publicação da IFRS 17. As alterações postergam a data de adoção inicial da IFRS 17 (incorporando as alterações) para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023. Ao mesmo tempo, o IASB emitiu a Prorrogação da Isenção Temporária de Aplicação da IFRS 9 (Alterações à IFRS 4) que prorroga a data de vencimento fixa da isenção temporária de aplicação da IFRS 9 na IFRS 4 para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

A IFRS 17 deve ser adotada retrospectivamente a menos que sua adoção seja inviável; nesse caso, será aplicável a abordagem retrospectiva modificada ou a abordagem de valor justo.

Para fins das exigências de transição, a data de adoção inicial corresponde ao início do período anual no qual a entidade adota a norma pela primeira vez, e a data de transição corresponde ao início do período imediatamente anterior à data de adoção inicial.

Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Os diretores da Companhia esperam que a adoção dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo no futuro caso essas transações ocorram.

Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IFRS 3 – Combinações de negócios - Referência à Estrutura Conceitual

As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022. A adoção antecipada é permitida se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IAS 16 – Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido

As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 - Estoques.

As alterações esclarecem ainda o significado de ‘testar se um ativo está funcionando adequadamente’. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos.

Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.

As alterações são aplicadas retrospectivamente, mas apenas para itens do imobilizado que são levados ao local e na condição necessária para que os mesmos sejam capazes de operar da maneira pretendida pela Administração no ou após o início do primeiro período apresentado nas demonstrações financeiras no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez.

A entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) no início do primeiro período apresentado.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida a adoção antecipada. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Alterações à IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

As alterações especificam que o ‘custo de cumprimento’ do contrato compreende os ‘custos diretamente relacionados ao contrato’. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são reapresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020

IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).

A alteração é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de ‘10%’ para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.

A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez.

A alteração é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

IFRS 16 – Arrendamentos

A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros. Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras e Declaração da Prática 2 da IFRS – Exercendo Julgamentos de Materialidade - Divulgação de Políticas Contábeis

As alterações modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis. As alterações substituem todos os exemplos do termo “políticas contábeis significativas” por “informações de políticas contábeis relevantes”. As informações da política contábil são relevantes se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Os parágrafos de apoio na IAS 1 também foram alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros acontecimentos ou condições irrelevantes são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser relevantes devido à natureza das transações relacionadas, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Porém, nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são relevantes por si só.

O Board preparou ainda orientações e exemplos para explicar e demonstrar a aplicação do “processo de materialidade em quatro passos” descrito na Declaração Prática 2 da IFRS.

As alterações à IAS 1 são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à Declaração Prática 2 da IFRS não apresentam uma data de vigência ou exigências de transição. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro—Definição de Estimativas Contábeis

A alteração substitui a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”.

A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. No entanto, o Board manteve o conceito de mudanças nas estimativas contábeis na Norma com os seguintes esclarecimentos:

- Uma mudança na estimativa contábil que resulte de novas informações ou novos eventos não significa a retificação de um erro;
- Os efeitos da mudança em um dado ou técnica de mensuração usada para desenvolver uma estimativa contábil correspondem a mudanças nas estimativas contábeis se não resultarem da retificação de erros de períodos anteriores.

O Board acrescentou dois exemplos (Exemplos 4-5) na Orientação sobre a implementação da IAS 8, que acompanha a Norma. O Board excluiu um exemplo (Exemplo 3) uma vez que poderia causar confusão à luz das alterações.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 com relação a mudanças nas políticas contábeis e mudanças nas estimativas contábeis ocorridas em ou após o início daquele período, sendo permitida a adoção antecipada. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro - Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação

As alterações introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a entidade não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares.

Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. Por exemplo, isso pode ocorrer no reconhecimento do passivo de arrendamento e correspondente ativo de direito de uso aplicando a IFRS 16 na data de início do arrendamento.

Após as alterações à IAS 12, a entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12.

O Board acrescenta ainda um exemplo ilustrativo na IAS 12 que explica como as alterações são aplicadas. As alterações são aplicáveis a transações ocorridas no ou após o início do primeiro período comparativo apresentado. Adicionalmente, no início do primeiro período comparativo, a entidade reconhece:

- Um ativo fiscal diferido (quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas) e um passivo fiscal diferido para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas aos:
 - Ativos de direito de uso e passivos de arrendamento
 - Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares e valores correspondentes reconhecidos como parte do custo do respectivo ativo
- O efeito acumulado da aplicação inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) naquela data.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida adoção antecipada. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

2.21 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o Conselho de Administração, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas da Companhia (Nota 21).

2.22 Demonstração dos fluxos de caixa

A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures, e o recebimento de dividendos como atividades de financiamento e investimentos, respectivamente, em seu fluxo de caixa. Tal classificação foi adotada por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros e de retorno sobre investimentos, em linha com o disposto no item 33 do CPC 03 (R2).

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.23 ICPC 22 (IFRIC23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda.

3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Caixa e depósitos em conta corrente	4.272	7.377	52.276	41.510
Certificado de depósito bancário "CDB" (a)	23.712	133.490	47.572	153.843
Outros	63	65	63	65
Total de caixa e equivalente de caixa	<u>28.047</u>	<u>140.932</u>	<u>99.911</u>	<u>195.418</u>
Aplicações financeiras lastreadas por debêntures (a)	24.400	10.652	24.400	10.652
Fundos de investimento DI e renda fixa (b)	50.386	116.514	50.386	116.514
Total de títulos mantidos para negociação	<u>74.786</u>	<u>127.166</u>	<u>74.786</u>	<u>127.166</u>

- (a) Essas aplicações financeiras possuem rentabilidade substancialmente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (b) São compostas por fundos de investimentos com títulos lastreados em LTN e NTN.

4 Contas a receber

O contas a receber de clientes estão registradas pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo circulante em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante				
Clientes no país (Brasil)	106.984	89.537	109.169	89.537
Clientes no exterior	18.186	10.803	134.697	103.078
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	<u>(1.296)</u>	<u>(1.366)</u>	<u>(5.914)</u>	<u>(6.432)</u>
	<u>123.874</u>	<u>98.974</u>	<u>237.952</u>	<u>186.183</u>

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Não circulante				
Clientes no país (Brasil)	7.248	6.318	7.895	6.318
Clientes no exterior	6.801	5.240	13.429	7.185
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(610)	(397)	(610)	(397)
	13.439	11.161	20.714	13.106
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Valores a vencer	103.816	82.542	197.743	157.272
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	11.303	11.202	21.507	16.466
De 31 a 60 dias	2.376	2.312	3.612	5.197
De 61 a 90 dias	724	454	3.894	1.194
De 91 a 180 dias	2.060	320	5.031	2.204
De 181 a 360 dias	1.605	543	1.678	1.723
Mais de 360 dias	3.286	2.967	10.401	8.559
	21.354	17.798	46.123	35.343
Total	125.170	100.340	243.866	192.615
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(1.296)	(1.366)	(5.914)	(6.432)
Total circulante	123.874	98.974	237.952	186.183

Em 31 de dezembro de 2021, contas a receber de clientes líquido da PECLD no valor de R\$20.058 (2020 – R\$16.432 - Controladora) e R\$40.209 (2020– R\$28.911 - Consolidado) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico recente de inadimplência ou para os quais a Companhia possui garantias reais.

O saldo de duplicatas a receber de clientes no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2021, controladora e consolidado, está distribuído conforme segue:

	Controladora	Consolidado
Valores a vencer:		
2023	10.534	17.787
2024	3.283	3.305
2025 e após	232	232
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(610)	(610)
Total - não circulante	13.439	20.714

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo em 31 de dezembro 2020	1.763	1.436	6.829	3.940
Créditos reconhecidos no período	1.668	1.473	1.621	2581
Créditos baixados definitivamente da posição	(1.525)	(1.146)	(1.525)	(1.146)
Variação cambial	-	-	(401)	1.454
Saldo em 31 de dezembro 2021	1.906	1.763	6.524	6.829

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são estimadas e constituídas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor realizável líquido e o valor do recebível da garantia real.

A constituição e a baixa das perdas estimadas para contas a receber impaired foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

5 Valores a receber - repasse FINAME fabricante

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante		
FINAME a vencer	143.370	122.286
FINAME aguardando liberação (a)	806	614
FINAME em atraso (b)	14.224	15.526
	158.400	138.426
Estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa	(5.625)	(6.932)
	152.775	131.494
Não circulante		
FINAME a vencer	218.059	202.678
FINAME aguardando liberação (a)	3.455	2.560
	221.514	205.238
Estimativas de perdas para créditos de liq. duvidosa	(2.648)	(2.016)
	218.866	203.222
Total	371.641	334.716

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores a receber - repasse FINAME Fabricante - são provenientes das vendas financiadas com recursos obtidos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (Nota 14), e estão registrados pelos seus custos amortizados, os quais se aproximam de seus valores justos.

FINAME fabricante refere-se a recursos especificamente vinculados a operações de venda com prazos de até 60 meses, incluindo carência de até 6 meses, obedecendo às condições previamente estabelecidas pelo BNDES à época do financiamento.

Adicionalmente, consideram-se para definição das condições de financiamento as características do cliente. Os recursos são liberados pelo BNDES mediante a identificação do cliente e da venda, e o enquadramento do cliente às condições da Circular nº 195, de 28 de julho de 2006, emitida pelo BNDES, através de agente financeiro, com a formalização de um contrato de financiamento em nome da Companhia e anuência do cliente a ser financiado. As condições de valores, prazos e encargos da operação são integralmente refletidas nos valores a receber pela Companhia a serem repassados ao banco interveniente do contrato do qual a Companhia é a devedora. A Companhia possui reserva de domínio do equipamento objeto da venda até a liquidação final da obrigação pelo cliente.

A diferença entre os valores a receber e os valores de repasse FINAME Fabricante (passivo) – é representada por:

- (a) FINAME aguardando liberação: refere-se a operações que já foram caracterizadas e aprovadas pelas partes envolvidas, incluindo a preparação da documentação, a emissão da nota fiscal de venda e a entrega da mercadoria ao cliente. O crédito dos respectivos recursos em conta corrente da Companhia pelo banco agente estava pendente nas datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em virtude dos prazos normais operacionais do banco agente.
- (b) FINAME em atraso: refere-se a valores a receber não quitados pelos clientes na data de vencimento. A Companhia registra estimativa de perda para eventual não realização desse saldo no montante correspondente à diferença entre o valor esperado de alienação da máquina recuperada, como resultado da execução da cláusula de reserva de domínio das máquinas vendidas (garantia real), e o valor do contas a receber do cliente inadimplente. Para os casos onde a garantia real não é localizada, é constituída provisão integral para perda sobre o saldo das contas a receber.

As máquinas apreendidas como parte do processo de execução são registradas ao valor contábil, o qual não supera o seu valor de mercado, na rubrica de "Outros créditos", aguardando a decisão final da justiça, quando então são reintegradas e transferidas para o grupo de estoques. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de máquinas apreendidas, incluído na rubrica de outros créditos, apresentava, na controladora e no consolidado, o montante de R\$169 (R\$1.191 em 31 de dezembro de 2020) no ativo circulante, e R\$4.690 (R\$2.361 em 31 de dezembro de 2020) no ativo não circulante.

Em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os valores a receber - repasse FINAME fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo circulante, estavam distribuídos como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Valores a vencer	144.176	122.898
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.522	1.173
De 31 a 60 dias	840	559
De 61 a 90 dias	538	236

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
De 91 a 180 dias	1.283	540
De 181 a 360 dias	1.141	895
Mais de 360 dias	8.900	12.125
	14.224	15.528
Total - Circulante	158.400	138.426

A expectativa de realização dos valores a receber - repasse FINAME Fabricante, controladora e consolidado, classificados no ativo não circulante, é como segue:

	Controladora e Consolidado
Valores a vencer:	
2023	113.032
2024	77.797
2025	30.362
2026 e após	323
Total - não circulante	221.514

A movimentação das estimativas de perdas para créditos de liquidação duvidosa, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	8.948
Créditos reconhecidos (ou baixados) no período	(675)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	8.273

As perdas para créditos de liquidação duvidosa são estimadas e constituídas com base na análise individualizada de cada cliente, sendo que para as transações em que há garantias reais, o valor da perda é calculado entre o valor realizável líquido e o valor do recebível da garantia real.

A constituição e a baixa das perdas estimadas para os créditos de liquidação duvidosas foram registradas no resultado do exercício como "Despesas gerais e administrativas".

6 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Produtos acabados	25.891	19.736	68.093	65.253
Máquinas usadas	5.002	10.348	5.002	10.348
Produtos em elaboração	117.620	79.005	139.515	97.563

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Matéria-prima e componentes	265.902	130.540	301.530	158.999
Importações em andamento	16.761	26.485	22.559	26.511
Total	431.176	266.114	536.699	358.674

Os saldos de estoques, controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2021, estão líquidos das perdas para realização dos estoques de baixa movimentação e com perspectivas remotas de realização por venda ou utilização, nos montantes de R\$22.623 e R\$33.591 (R\$26.508 e R\$39.026 em 31 de dezembro de 2020), respectivamente.

A movimentação das perdas para realização dos estoques ao valor realizável líquido está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2020	26.508	39.026
Estoque vendidos ou baixados	(15.849)	(13.872)
Perdas reconhecidas	8.828	9.036
Variação cambial	-	(3.735)
Transferência de perda advinda de máquinas apreendidas no período	3.136	3.136
Saldo em 31 de dezembro de 2021	22.623	33.591

A composição das perdas para realização dos estoques por classe de estoque está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Produtos acabados	1.266	884	3.869	8.158
Máquinas usadas	2.220	6.890	2.220	6.890
Produtos em elaboração	5.249	4.807	5.249	4.807
Matéria-prima e componentes	13.888	13.927	22.253	19.171
Total	22.623	26.508	33.591	39.026

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Investimentos em controladas

A lista a seguir apresenta as participações societárias que a Companhia possui em suas subsidiárias:

				Percentual de participação		
				31 de dezembro de 2021		
				Não		
				Direta	Indireta	Controladores
				31 de dezembro de 2020		
				Não		
				Direta	Indireta	Controladores
1.	Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")			99,99	-	-
1.1	Romi Machines UK Ltd.			-	100,00	-
1.2	Romi France SAS			-	100,00	-
1.3	Romi Máquinas España S.A.			-	100,00	-
2.	Romi Europa GmbH ("Romi Europa")			100,00	-	-
2.1	Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")			-	100,00	-
2.1.1	Burkhardt + Weber / Romi (Shangai) Co., Ltd			-	100,00	-
	Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio")			93,07	-	6,93
4.	Romi BW Machine Tools, Ltd.			100,00	-	-
	Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A. ("Rominor Empreendimentos")			100,00	-	-
6.	Romi A.L. S.A. ("Romi A.L.")			100,00	-	-
7.	Irsa Maquinas México S. de R. L. de C.V.			99,99	-	-
8.	Romi Administração e Gestão de Bens Ltda ("Prodz")			100,00	-	-

A lista a seguir apresenta as localidades e objetivos principais das subsidiárias:

	Controlada	País	Objetivo principal
1.	Romi Itália S.r.l. ("Romi Itália")	Itália	
1.1	Romi Machines UK Ltd.	Inglaterra	
1.2	Romi France SAS	França	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
1.3	Romi Máquinas España S.A.	Espanha	
2.	Romi Europa GmbH ("Romi Europa")	Alemanha	
2.1	Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH ("B+W")	Alemanha	Produção e comercialização de centros de usinagem de grande porte, e de alta tecnologia, precisão e produtividade, assim como máquinas para aplicações especiais.
2.1.1	Burkhardt + Weber / Romi (Shangai) Co., Ltd	China	Comercialização de máquinas-ferramenta produzidas pela B+W e prestação de serviços (peças de reposição e assistência técnica).
3.	Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Rominor Comércio")	Brasil	Atividade imobiliária, inclusive compra e venda, locação de imóveis próprios, exploração de direitos imobiliários, intermediação de negócios imobiliários e prestação de fianças e avais.
4.	Romi BW Machine Tools, Ltd.	Estados Unidos da América	Comercialização de máquinas-ferramenta, peças de reposição, assistência técnica e fundidos e usinados para a América do Norte.
5.	Rominor Empreendimentos Imobiliários S.A.	Brasil	Participação em empreendimentos imobiliários.
6.	Romi A.L. S.A. ("Romi A.L.")	Uruguai	Representação comercial para operações no mercado externo.
7.	Irsa Maquinas Mexico S. de R. L. de C.V.	México	Comercialização de máquinas para plásticos e máquinas-ferramenta, peças de reposição e assistência técnica.
8.	Romi Administração e Gestão de Bens Ltda. ("Prodz")	Brasil	Atividades de concessão de linhas de crédito para financiamento de máquinas aos clientes.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2021								
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq. México (7)	Prodz (8)	Total
Investimentos:									
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000		
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	83.374	161.573	24.121	20.885	3.153	12.920	14.666	2.000	
Ativo não circulante	15.011	145.674	300	1.318	597	-	5.796	-	
Passivo circulante	69.679	109.608	268	28.579	411	-	25.176	-	
Passivo não circulante	19.558	56.513	-	-	-	-	-	-	
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) da controlada	9.148	141.126	24.152	(6.376)	3.339	12.920	(4.713)	2.000	
Movimentação do investimento:									
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2020	1.549	142.572	21.230	(8.001)	2.517	12.525	(3.128)	-	169.264
Variação cambial sobre investimentos no exterior	661	2.689	-	(510)	-	894	(250)	-	3.484
Dividendos declarados e distribuídos (b)	-	-	(3.771)	-	(199)	-	-	-	(3.970)
Resultado de participações societárias	6.938	(4.135)	5.020	2.137	1.021	(499)	(1.334)	-	9.147
Valor patrimonial equivalente - saldo final	9.148	141.126	22.479	(6.376)	3.339	12.920	(4.713)	2.000	179.923
Investimento em controladas	9.148	141.126	22.479	-	3.339	12.920	-	2.000	191.012
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	-	-	-	(6.376)	-	-	(4.713)	-	(11.089)

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações.

(b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária ROMINOR Comércio, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 9 de fevereiro de 2021 e 23 de julho de 2021 no valor de R\$1.789 e R\$2.263, respectivamente, referente ao exercício de 2020 e dividendos intermediários de 2021, respectivamente. A Companhia recebeu dessa distribuição os montantes de R\$1.665 e R\$2.106, respectivamente, totalizando o montante de R\$3.771 em 31 de dezembro de 2021. Adicionalmente, a Companhia recebeu distribuição de dividendos mínimos obrigatórios efetuada pela subsidiária ROMINOR Empreendimentos, a ser submetida para aprovação na AGO - Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31 de dezembro de 2020							
	Romi Itália e Controladas (1)	Romi Europa e Controladas (2)	Rominor Comércio (3)	Romi Machine Tools (4)	Rominor Empreendimentos (5)	Romi A.L. (6)	IRSA Máq. México (7)	Total
Investimentos:								
Número de ações/cotas representativas do capital social	(a)	(a)	6.191.156	3.000.000	78	13.028.000	1.188.000	
Participação do capital social	100,0%	100,0%	93,1%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
Ativo circulante	61.039	130.880	22.689	16.500	2.517	12.525	14.284	
Ativo não circulante	10.325	155.400	300	84	-	-	1.371	
Passivo circulante	52.824	83.246	179	24.334	-	-	18.783	
Passivo não circulante	16.991	60.462	-	251	-	-	-	
Patrimônio líquido (patrimônio líquido negativo) da controlada	1.549	142.572	22.810	(8.001)	2.517	12.525	(3.128)	
Movimentação do investimento:								
Saldo contábil do investimento em 31 de dezembro de 2019	3.196	104.739	21.465	(3.176)	2.522	8.653	(1.228)	136.171
Variação cambial sobre investimentos no exterior	543	41.082	-	(1.061)	-	2.438	(426)	42.576
Dividendos declarados e distribuídos (b)	-	-	(3.216)	-	-	-	-	(3.216)
Resultado de participações societárias	(2.190)	(3.249)	2.981	(3.764)	(5)	1.434	(1.474)	(6.267)
Valor patrimonial equivalente - saldo final	1.549	142.572	21.230	(8.001)	2.517	12.525	(3.128)	169.264
Investimento em controladas	1.549	142.572	21.230	-	2.517	12.525	-	180.393
Provisão para patrimônio líquido negativo - controladas	-	-	-	(8.001)	-	-	(3.128)	(11.129)

(a) Os atos societários das controladas não possuem o capital dividido em cotas ou ações.

(b) Distribuição de Dividendos efetuada pela subsidiária ROMINOR, aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 11 de fevereiro de 2020 e 24 de julho de 2020 no valor de R\$2.041 e R\$1.415, respectivamente, referente ao segundo semestre de 2019 e ao primeiro semestre de 2020, respectivamente. A Companhia recebeu dessa distribuição, os montantes de R\$1.899 e R\$1.317, respectivamente, totalizando o montante de R\$3.216 em 31 de dezembro de 2020.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 Saldos e transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, os saldos e as transações com partes relacionadas são os seguintes.

(i) Saldos Patrimoniais – Controladora

	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Controladas diretas				
Romi Europa	10.496	5.057	334	50
Romi Itália	15.407	14.224	-	-
Romi Machine Tools	24.459	23.272	599	-
Romi A.L.	-	67	638	380
Irsa Máquinas México	21.266	16.501	-	-
Rominor Comércio	-	5	-	-
Prodz	-	-	-	-
	71.628	59.126	1.571	430
Controladas indiretas				
B+W - Burkhardt+Weber	2.168	316	1.525	-
Romi France S.A.S.	7.799	6.465	-	-
Romi Máquinas España S.A.	10.594	7.714	-	-
Romi Machines UK	12.587	7.654	-	-
	33.148	22.149	1.525	-
Total	104.776	81.275	3.096	430
Circulante	53.303	47.052	3.096	430
Não Circulante	51.473	34.223	-	-
Total	104.776	81.275	3.096	430

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Transações

	Receita de venda de produtos		Resultado operacional e financeiro	
	31 de dezembro de 2021	30 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2021	30 de dezembro de 2020
Romi Europa	7.061	4.074	1.026	1.404
Rominor Comércio	24	18	-	-
Romi Itália	17.187	5.930	-	-
Romi Machine Tools	8.854	5.246	582	14
Romi France S.A.S.	10.414	6.318	412	-
Romi A.L.	-	-	620	355
Romi Machines UK	19.345	9.888	103	94
Irsa Máquinas México	6.424	4.090	-	-
B+W - Burkhardt + Weber	2.906	2.315	-	-
Romi Máquinas España	5.429	2.913	-	-
Prodz	-	-	-	-
Total	<u>77.644</u>	<u>40.792</u>	<u>2.743</u>	<u>1.867</u>

Os principais saldos patrimoniais e transações com partes relacionadas supramencionadas são relativos a transações entre a Companhia e suas controladas.

A Companhia realiza transações mercantis de fornecimento e compra de equipamentos, partes e peças com determinadas controladas, não possuindo transações relevantes com partes relacionadas de natureza distinta das operações descritas anteriormente. As decisões referentes a transações entre a Companhia e as controladas são tomadas pela Administração.

A Companhia presta serviços administrativos, principalmente contábeis e jurídicos, à controladora Fênix Empreendimentos S.A.. A receita acumulada até dezembro de 2021 foi de R\$159 (R\$158 em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia realiza doações à Fundação Romi em valores fixados pelo Convênio chancelado pela Promotoria de Justiça. As doações acumuladas até dezembro de 2021 totalizaram R\$991 (R\$948 em 31 de dezembro de 2020).

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As remunerações dos administradores nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são como seguem:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Honorários e encargos	6.779	5.812
Participação nos resultados	8.155	5.055
Plano de previdência privada	426	471
Assistência médica	225	246
Controladora	15.585	11.584
Honorários e encargos das empresas controladas	136	103
Consolidado	15.721	11.687

Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites propostos pelo Conselho de Administração e aprovados em Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de março de 2021.

9 Impostos e contribuições a recuperar

Os impostos e as contribuições a recuperar estão representadas a seguir:

	Nota Explicativa	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante			
IRRF		175	155
IRPJ		134	160
IRPJ/CSLL - PLANO VERÃO	15 (b)	-	13.332
CSLL		16	22
INSS		5	6
ICMS na base cálculo PIS e COFINS	15 (a)(i)	12.314	21.254
IPI		6.854	7.979
ICMS		3.049	1.333
PIS		3.870	53
COFINS		13.920	244
Total Controladora		40.337	44.538
Impostos a recuperar de subsidiárias		8.595	6.666
Total Controladora e Consolidado		48.935	51.204

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Explicativa	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Não circulante			
ICMS na base cálculo PIS e COFINS	15 (a)	-	26.824
Processo Selic	(a)	48.086	-
ICMS		22.282	1.330
OUTROS		104	102
Total Controladora e Consolidado		70.472	28.256

(a) Processos fiscais (“Não incidência de IRPJ e CSLL sobre atualização monetária e juros oriundos de indébitos tributários”)

Em 20 de março de 2019, a Companhia ingressou com Mandado de Segurança na qual busca a recuperação de tributos que julga ter pago indevidamente nos últimos cinco anos, em razão da não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à atualização monetária e juros de mora na restituição e ressarcimento de créditos tributários.

Tal matéria foi submetida ao rito de repercussão geral em 24 de setembro de 2021, onde ao julgar o recurso extraordinário número 1.063.187, o Supremo Tribunal Federal (STF), por unanimidade, decidiu pela não incidência do IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à atualização monetária e juros na restituição e ressarcimento de créditos tributários, conforme transcrito a seguir: “É inconstitucional a incidência de IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes a taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário”.

A Administração realizou a análise do referido processo à luz do arcabouço contábil vigente, sendo dois principais pronunciamentos analisados: (i) ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro; e (ii) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As análises levaram em consideração a opinião da Administração e dos especialistas tributários. Após diversas análises e discussões, conclui-se que, o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro seria o pronunciamento mais aplicável a essa situação em específico, pois a matéria trata especificamente de IRPJ e CSLL, ou seja, tributos sobre o lucro.

Tal pronunciamento requer que a Companhia avalie se é “mais provável do que não” que o tratamento fiscal adotado será aceito pelas autoridades tributárias. Considerando-se tratar de uma ação judicial com rito de repercussão geral, aplicada a todos os demais processos que venham a ser julgados, o histórico recente de modulações do STF e a Companhia possuir ação judicial ajuizada antes da referida decisão judicial do STF, a Administração concluiu que é mais provável que não que a Companhia possui o direito sobre este crédito na data de aprovação e emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2021 e, esta conclusão está de acordo com a opinião de nossos assessores jurídicos, dessa forma o reconhecimento desse crédito tributário foi realizado para o período findo em 30 de setembro de 2021.

Os efeitos dos reconhecimentos representaram os seguintes impactos nas demonstrações dos resultados do terceiro trimestre de 2021: (i) receitas financeiras: R\$2,1 milhões; e (ii) imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente: R\$42,9 milhões.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por fim, a ação judicial da Companhia encontra-se sobrestada desde 30 de março de 2021 até a presente data, junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Administração da Companhia reavaliou e concluiu que não há fatos ou fatores que mudem a conclusão anteriormente alcançada no momento da emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2021.

10 Propriedade para investimento

Em 2012 a Administração da Companhia decidiu, com base nas perspectivas de expansão das suas atividades no curto e médio prazo, classificar parte das propriedades na rubrica de “Propriedade para Investimento”, mantendo-as com o objetivo de valorização de capital. Os montantes classificados em propriedade para investimento são de R\$13.500 (R\$13.500 – em 31 de dezembro de 2020) na controladora e R\$16.621 (R\$18.388 – em 31 de dezembro de 2020) no consolidado.

As propriedades para investimento estão avaliadas ao custo histórico, e para fins de divulgação do seu valor justo a Companhia contratou avaliador independente, que através da aplicação de metodologia definida pelo Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia, o qual também utiliza evidências no mercado relacionadas a preços de transações efetuadas com propriedades similares, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não houve alteração relevante no valor justo dessas propriedades, reduzido de eventuais custos de transação, no montante de R\$110.661 (R\$110.661 em 31 de dezembro de 2020) na controladora e R\$188.606 (R\$ 188.606 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado.

Em 31 de agosto de 2021, por meio de sua subsidiária ROMINOR Empreendimentos Imobiliários S.A, celebrou Contrato de Promessa de Venda e Compra de Imóvel com terceiros, cujo objeto foi a venda do imóvel “Clube de Campo” (terreno com edificação) de propriedade da Rominor Empreendimentos, com área total de 229.900 m², na cidade de Santa Bárbara d’Oeste pelo valor de R\$ 3.200. O resultado da venda foi classificado na linha de receita operacional, com impacto de R\$ 1.152 no resultado operacional líquido e R\$ 1.057 no lucro líquido.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 Imobilizado

A movimentação do imobilizado, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

								Controladora
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Total
Custo do imobilizado bruto	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2020	3.997	199.383	296.402	8.709	3.943	27.038	6.036	545.426
Adições	-	3.078	17.261	842	216	1.340	19.608	42.345
Baixas	-	-	(2.253)	(67)	(68)	(175)	-	(2.563)
Transferências	-	1.288	16.577	(0)	-	1.374	(19.239)	(0)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.997	203.749	327.987	9.484	4.091	29.577	6.405	585.208
Adições	-	2.008	25.202	599	523	880	61.596	90.808
Baixas	-	-	(4.390)	(11)	(40)	(13)	-	(4.454)
Transferências	-	4.401	39.816	(0)	-	-	(44.217)	(0)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.997	210.158	388.615	10.072	4.574	30.444	23.784	671.562
Depreciação acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2020	-	110.660	206.329	7.809	3.271	25.760	-	353.830
Depreciação	-	6.407	13.292	205	263	712	-	20.879
Baixas	-	-	(1.378)	(68)	(68)	(175)	-	(1.689)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	117.067	218.243	7.946	3.466	26.297	-	373.020
Depreciação	-	6.130	17.876	277	270	960	-	25.513
Baixas	-	-	(2.110)	(11)	(40)	(10)	-	(2.171)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	123.197	234.009	8.212	3.696	27.247	-	396.362
Vidas úteis	-	25 e 10 anos	10 e 15 anos	10 anos	5 anos	5 anos	-	-
Imobilizado líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2020	3.997	88.723	90.073	900	672	1.278	6.036	191.596
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.997	86.682	109.744	1.538	625	3.280	6.405	212.188
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.997	86.961	154.606	1.860	878	3.197	23.784	275.200

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

								Consolidado
	Terrenos	Prédios e pátios	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Tecnologia da informação	Obras em andamento	Total
Custo do imobilizado bruto								
Saldo em 1º de janeiro de 2020	25.560	249.399	331.525	21.492	9.749	32.520	9.994	680.157
Adições	-	4.686	19.545	1.244	152	1.549	19.608	46.784
Baixas	-	(54)	(2.253)	(73)	(209)	(292)	-	(2.881)
Transferências	-	1.288	16.577	(0)	-	1.374	(19.239)	(0)
Variação cambial	7.913	17.217	3.283	2.535	2.263	825	1.989	36.025
Saldo em 31 de dezembro de 2020	33.473	272.537	368.677	25.197	11.955	35.975	12.352	760.083
Adições	-	6.521	25.347	2.787	2.296	1.784	61.585	100.321
Baixas	-	-	(4.390)	(11)	(40)	(13)	-	(4.454)
Transferências	-	4.401	39.816	(11)	103	(13)	(44.297)	-
Variação cambial	608	(5.270)	(1.002)	(310)	(2.164)	(612)	283	(8.467)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	34.081	278.189	428.449	27.652	12.150	37.121	29.923	847.483
Depreciação acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2020	-	123.646	235.995	16.346	5.449	29.486	-	410.923
Depreciação	-	9.699	16.095	1.377	2.348	1.118	-	30.637
Baixas	-	-	(1.378)	1	(156)	(188)	-	(1.721)
Variação cambial	-	1.719	1.717	842	870	350	-	5.498
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	135.064	252.430	18.566	8.511	30.766	-	445.336
Depreciação	-	9.183	19.608	2.312	903	2.027	-	34.034
Baixas	-	-	(2.110)	(20)	(40)	(10)	-	(2.180)
Variação cambial	-	(13)	(16)	(19)	3	(10)	-	(55)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	144.234	269.912	20.839	9.377	32.773	-	477.135
Vidas úteis	-	25 e 10 anos	10 e 15 anos	10 anos	5 anos	5 anos	-	
Imobilizado líquido								
Saldo em 1º de janeiro de 2020	25.560	125.753	95.530	5.146	4.300	3.034	9.994	269.234
Saldo em 31 de dezembro de 2020	33.473	137.473	116.247	6.631	3.444	5.209	12.352	314.747
Saldo em 31 de dezembro de 2021	34.081	133.955	158.537	6.813	2.773	4.348	29.923	370.348

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em virtude de contratos de financiamento com o BNDES, o montante de R\$446.443 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 280.564 em 31 de dezembro de 2020) de bens do ativo imobilizado encontra-se gravado em garantia. Esses itens são representados, em sua totalidade, por terrenos, edificações, instalações, máquinas e equipamentos.

O montante de R\$25.513 (2020 - R\$20.811) referente à despesa de depreciação, R\$22.871 (2020 - R\$18.487) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$1.346 (2020 - R\$1.075) em "Despesas com vendas", R\$1.118 (2019 - R\$1.177) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$178 (2020 - R\$142) em "Pesquisa e desenvolvimento" - Controladora.

O montante de R\$34.034 (2020 - R\$30.637) referente à despesa de depreciação, R\$26.126 (2020 - R\$19.134) foi reconhecido no resultado em "Custo dos produtos e serviços vendidos", R\$8.217 (2020 - R\$9.237) em "Despesas com vendas", R\$2.547 (2020 - R\$2.124) em "Despesas gerais e administrativas" e R\$198 (2020 - R\$142) em "Pesquisa e desenvolvimento" – Consolidado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio (NE 21) e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12 Intangível

A movimentação do intangível, controladora e consolidado, está apresentada a seguir:

	Controladora			Consolidado				
	Tecnologia	Outros	Total	Tecnologia	Relacionamento com o cliente	Marca	Outros	Total
Custo bruto								
Saldo em 1º de janeiro de 2020	527	5.424	5.951	31.208	22.039	23.817	6.784	89.769
Adições	13	888	901	1.909	-	-	888	2.797
Variação cambial			-	3.641	5.205	9.764	-	18.610
Saldo em 31 de dezembro de 2020	540	6.312	6.852	36.758	27.244	33.581	7.672	111.176
Adições	23	268	291	2.523	-	-	268	2.791
Variação cambial			-	(559)	(277)	(299)	(38)	(1.135)
Baixas			-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	563	6.580	7.143	38.723	26.967	33.282	7.902	112.832
Amortização acumulada								
Saldo em 1º de janeiro de 2020	280	5.071	5.351	14.062	8.717	-	6.707	29.486
Amortização	-	405	405	5.756	1.325	-	405	7.486
Variação cambial	-	-	-	(2.506)	-	-	-	(2.506)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	280	5.476	5.756	17.312	10.042	-	7.112	34.466
Amortização	-	442	442	6.365	1.535	-	442	8.342
Saldo em 31 de dezembro de 2021	280	5.918	6.198	23.677	11.577	-	7.554	42.808
Vidas úteis	5 anos	5 anos		5 a 20 anos	20 anos	Indefinida	5 anos	
Intangível líquido								
Saldo em 1º de janeiro de 2020	247	353	600	17.146	13.322	23.817	77	54.361
Saldo em 31 de dezembro de 2020	260	836	1.096	19.446	17.202	33.581	560	70.788
Saldo em 31 de dezembro de 2021	283	662	945	15.046	15.390	33.282	348	64.065

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 22 de dezembro de 2011, a Companhia aprovou a aquisição da totalidade das ações da B+W (Burkhardt + Weber Fertigungssysteme GmbH) através de sua Controlada direta Romi Europa GmbH. Diante disso, na data da compra foi efetuada a mensuração e alocação do preço de compra, com as seguintes naturezas e características:

(a) tecnologia: Refere-se ao “know-how” dos produtos e processos que são tecnologicamente viáveis, os quais garantem vantagens competitivas em relação à qualidade e eficiência do produto, com depreciação de 15 a 20 anos;

(b) carteira de clientes: Referem-se aos pedidos de compra de clientes em aberto na data da aquisição, totalmente depreciada em 31 de dezembro de 2021.

(c) relacionamento com o cliente: Refere-se aos direitos contratuais decorrentes de: (i) histórico de relacionamento com os clientes; (ii) probabilidade de ocorrência de novos negócios no futuro, com depreciação de 20 anos.

(d) marca: refere-se aos direitos de uso da marca B+W (Burkhardt + Weber Fertigungssysteme), que está relacionada a produtos de alta tecnologia, sem prazo definido de depreciação.

De acordo com a avaliação da Administração com apoio de seus consultores, através da aplicação de procedimentos aplicáveis para mensuração da vida útil das marcas, concluiu-se que o prazo é indefinido e, portanto, a marca é testada anualmente para fins de “*impairment*” de acordo com as regras contábeis aplicáveis.

O montante de R\$442 (2020 - R\$405) referente à despesa de amortização, R\$9 (2020 - R\$8) foi reconhecido no resultado em “Custo dos produtos e serviços vendidos”, R\$277 (2020 - R\$254) em “Despesas gerais e administrativas” e R\$156 (2020 - R\$143) em “Pesquisa e desenvolvimento” - Controladora.

O montante de R\$8.342 (2020 - R\$6.210) referente à despesa de amortização, R\$9 (2020 - R\$8) foi reconhecido no resultado em “Custo dos produtos e serviços vendidos”, R\$7.800 (2020 - R\$5.805) em “Despesas com vendas”, R\$341 (2020 - R\$254) em “Despesas gerais e administrativas” e R\$192 (2020 - R\$143) em “Pesquisa e desenvolvimento” – Consolidado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Administração da Companhia avaliou cada segmento de negócio (NE 21) e concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Financiamentos

A composição dos financiamentos, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Circulante		Não Circulante		Vencimento	Amortização do principal	Encargos financeiros	Garantia
	2021	2020	2021	2020				
Financiamentos de exportação - ACC/ACE (a)	-	15.806	-	-	27/08/2021	Aplicação de ordem de exportação até o vencimento	Taxas de 2,70% a 2,15% a.a. + variação cambial	
Financiamentos de exportação - ACC/ACE (a)	-	10.351	-	-	27/08/2021	Aplicação de ordem de exportação até o vencimento	Taxas de 2,70% a 2,15% a.a. + variação cambial	Aval Rominor Comércio
Programa de Sustentação do Investimento - BNDES Inovação (b)	5.547	5.845	461	5.569	16/01/2023	Mensal	Taxa de até 4,00% a.a.	Alienação fiduciária de máquinas e hipoteca de imóveis e terrenos
FINAME diversos	596	1.151	481	647	15/01/2024	Mensal	Taxas 3,50% a 10,53% a.a. (com variação TJLP 365/366)	Alienação fiduciária da máquina financiada/Aval Rominor Comércio/Nota Promissória
Financiamento à Importação (FINIMP)	14.288	3.695	-	-	18/11/2022	Parcela única	Juros de 1,26% a.a. a 0,422% a.a.	
Financiamento à Importação (FINIMP)	7.923	18.841	2.922	-	13/12/2023	Parcela única	Juros de 1,85% a.a. a 1,07% a.a.	Aval Rominor Comércio
Financiamento à Exportação (NCE)	11.180	38.362	-	-	07/11/2022	Parcela única	Juros de 2,19% a.a. + CDI.	Aval Rominor Comércio
Financiamento à Exportação (NCE)	28.892	-	58.754	-	01/03/2024	Parcela única	Juros de 2,89% a.a. a 0,77% a.a.	
Linha 4131	-	20.973	-	-	24/03/2021	Parcela única	Juros de 3,97% a.a. + CDI.	Fiança Bancária
BNDS Exportação	2.115	-	55.249	56.169	15/10/2024	Parcela única	Juros de 3,14% a.a. + IPCA.	Alienação Fiduciária
Controladora	70.541	115.025	117.868	62.384				
B+W - Financiamento construção centro de tecnologia e administração - € (c)	-	-	9.410	13.244	30/06/2027	Trimestral	2,40% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio)
B+W - Financiamento (Efeitos COVID-19) - € (d)	-	-	22.221	21.040	30/09/2023	Trimestral	2,00% a.a.	Ativo imobilizado (Prédio)
Outros - capital de giro	191	397	-	-	-	-	-	
Consolidado	70.732	115.422	149.499	96.668				

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação dos financiamentos, controladora e consolidado, está demonstrada a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda nacional	Moeda estrangeira	Total
Saldo dos financiamentos em						
31 de dezembro de 2020	128.728	48.681	177.409	128.728	83.362	212.090
Novas captações	-	124.745	124.745	-	129.906	129.906
Pagamento do principal	(64.389)	(48.197)	(112.586)	(64.389)	(53.837)	(118.226)
Pagamentos de juros	(8.795)	(1.546)	(10.341)	(8.795)	(3.643)	(12.438)
Variação cambial e monetária (principal e juros)	-	(1.097)	(1.097)	-	(2.051)	(2.051)
Juros incorridos	8.675	1.604	10.279	8.675	2.275	10.950
Saldo dos financiamentos em						
31 de dezembro de 2021	64.219	124.190	188.409	64.219	156.012	220.231
Circulante	8.028	62.513	70.541	8.028	62.704	70.732
Não circulante	56.191	61.677	117.868	56.191	93.308	149.499
	64.219	124.190	188.409	64.219	156.012	220.231

(a) Em dezembro de 2014 foi autorizada à Diretoria da Companhia a contratar um financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$35.631, com as finalidades de desenvolvimento de novos produtos e produção de protótipos nacionais nos anos de 2015 e 2016, com taxa de 4,00% a.a., com carência de 23 meses e prazo de pagamento de 96 meses (incluindo a carência). Nesse contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição dos seguintes covenants:

- (i) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Patrimônio Líquido / Ativo Total) maior ou igual a 0,40
- (ii) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Dívida Total Líquida / Passivo Total) menor ou igual a 0,25

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu com todas as cláusulas restritivas do item acima.

(b) Em 5 de julho de 2012, Burkhardt + Weber firmou Contrato de Financiamento com o Commerzbank em Reutlingen (Alemanha) no montante atual de R\$9.410 (equivalente a € 3,6 milhões), o qual é suportado pelo KfW Bank (Kredit-anstalt für Wiederaufbau), com vencimentos trimestrais iniciando-se em 30 de setembro de 2014, encerrando-se em 30 de junho de 2027 (15 anos). O montante liberado é destinado exclusivamente para construção das instalações destinadas a pesquisa e desenvolvimento e atividades suporte tais como suprimentos e vendas. O financiamento tem carência de 24 meses, e juros fixos de 2,4% ao ano são devidos trimestralmente, inclusive durante o período de carência. Não existem cláusulas de cumprimento de índices financeiros.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(c) Em 28 de abril de 2020 foi autorizado a contratação pela Companhia junto ao BNDES da Linha de Financiamento Exim Pré-embarque, objetivando o financiamento da produção da Companhia destinada à exportação, nos termos da Decisão n.º CCOp 30/2020 - BNDES, com as seguintes condições: (i) valor equivalente em reais a US\$ 10.000.000,00 (dez milhões de dólares), (ii) prazo de 48 meses, (iii) custo financeiro de 3,4% a.a. acrescido de IPCA, e (iv) garantia através de hipoteca em 6º grau dos imóveis objeto das matrículas nº 34.310 e nº 69.544 do Oficial de Registro de Imóveis de Santa Bárbara d'Oeste, SP, de propriedade da Companhia. Neste contrato foi constituído uma cláusula de obrigações contratuais que se refere à constituição de covenant: (iii) Índice Financeiro Consolidado Auditado: (Dívida Total Líquida / EBITDA) menor ou igual a 3,75. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia cumpriu com a cláusula restritiva do item acima.

(d) Em 3 de julho de 2020, Burkhardt + Weber firmou Contrato de Financiamento com o Commerzbank, Kreissparkasse e Baden-Württembergische Bank (Alemanha) no montante atual de R\$22.221 (equivalente a € 3,3 milhões), dividido igualmente entre os bancos mencionados, o qual é suportado pelo KfW Bank (Kredit-anstalt für Wiederaufbau), com vencimentos trimestrais iniciando-se em 30 de dezembro de 2022, encerrando-se em 30 de setembro de 2023. O montante liberado é destinado ao financiamento do capital de giro da operação, especialmente devido aos efeitos do COVID-19. O financiamento tem carência de 30 meses, e juros fixos de 2,0% ao ano são devidos trimestralmente, inclusive durante o período de carência. Durante o período de vigência do contrato, a Burkhardt + Weber não pode distribuir dividendos ou quitar mútuos que estavam em aberto no momento da assinatura do contrato. Não existem cláusulas de cumprimento de índices financeiros.

Os vencimentos dos financiamentos registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021, controladora e consolidado, são como segue:

	Controladora	Consolidado
2023	14.926	32.315
2024 e após	102.942	117.184
Total	<u>117.868</u>	<u>149.499</u>

14 Financiamentos - FINAME fabricante

	Controladora e Consolidado	
	31 de Dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Circulante		
FINAME Fabricante	142.830	122.704
Não Circulante		
FINAME Fabricante	219.104	201.710
Total	361.934	324.414

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de financiamento FINAME fabricante são garantidos por notas promissórias e avais, sendo a principal garantidora a controlada Rominor Comércio, e os saldos são diretamente relacionados com os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME fabricante” (Nota 5), tendo em vista que as operações de financiamento são diretamente vinculadas às vendas a clientes específicos. As condições contratuais relacionadas aos valores, encargos e prazos financiados no programa são integralmente repassadas aos clientes financiados e os recebimentos mensais oriundos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME fabricante” são integralmente utilizados para as amortizações dos contratos de financiamento vinculados. A Companhia atua, portanto, como repassadora dos recursos aos bancos intervenientes das operações de financiamento, porém permanece como a principal devedora dessa operação.

Os saldos da rubrica “Financiamentos – FINAME fabricante” e, consequentemente os da rubrica “Valores a receber – repasse FINAME fabricante” em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estavam atualizados e corrigidos monetariamente até as datas de encerramento das demonstrações financeiras. A diferença entre esses saldos no montante de R\$9.707 em 31 de dezembro de 2021 (R\$10.302 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a duplicatas em atraso, renegociações em andamento por atraso e operações ainda não liberadas pelo banco agente. A Administração entende não existirem riscos de realização desses montantes a receber, além de montante de perdas para créditos de liquidação duvidosa já registrados, tendo em vista que os valores possuem garantia real das próprias máquinas comercializadas.

Os vencimentos de FINAME fabricante registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2021, controladora e consolidado, são como seguem:

	Controladora e Consolidado
2023	112.240
2024	77.294
2025	29.293
2026 e após	277
Total	219.104

15 Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda provável, conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fiscais	8	-
Cíveis	674	581
Trabalhistas	1.110	932
Total	1.792	1.512

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Passivo circulante	1.445	1.216
Passivo não circulante	347	296
	1.792	1.512

A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores jurídicos, classificou as ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Fiscais		
Excesso de IRPJ e CSLL s/ JCP - (a) (ii)	34.412	33.647
Glosa de créditos PIS e COFINS – (f)	11.144	7.798
Créd. Contr. Previd. s/ pagto de lucro aos Adm.	3.506	3.432
Saldo negativo IRPJ e CSLL	2.511	2.502
Glosa de créditos IPI	5.936	5.810
Multa isolada - Compensação não Homologada	531	516
Glosa de créditos - REINTEGRA	125	124
Pagamento IRRF Duplicidade	2.849	2.805
Crédito de ICMS	128	
Cíveis		
Perdas e danos	9.093	8.321
Trabalhistas	2.328	56
Total Controladora	72.563	65.011
Processo em subsidiárias		
Trabalhistas	63	-
Cíveis	379	-
Total Controladora e Consolidado	73.005	65.011

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para os processos cujas perdas foram classificadas como prováveis e obrigações legais em discussão judicial de inconstitucionalidade, a Administração registrou provisão para passivos eventuais e contas a pagar, o montante pago pela Companhia foi de R\$ 948 no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cuja movimentação no exercício está demonstrada a seguir:

	31 de dezembro de 2020	Adições	Utilizações / pagamentos / reversões	Atualização monetária e Variação cambial	31 de dezembro de 2021
Fiscais	-	8		-	8
Cíveis	581	179	(160)	75	675
Trabalhistas	931	911	(1.172)	439	1.109
Total Controladora e Consolidado	1.512	1.098	(1.332)	514	1.792

Em 31 de dezembro de 2021 a natureza das principais causas, classificadas pela Administração com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco provável de perda, ou que constituem uma obrigação legal, é como segue:

(a) Processos fiscais passivos

Corresponde a obrigações legais relativas a:

- (i) Em 31 de dezembro de 2018 os saldos de PIS e COFINS sobre ICMS de vendas eram de R\$10.322 e R\$47.543, respectivamente.

Em 24 de outubro de 2006, a Companhia ingressou com a ação ordinária na qual questionava a constitucionalidade da inclusão do ICMS destacado sobre as Notas Fiscais de vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a repetição de tal indébito retroativamente por 5 (cinco) anos.

Tal matéria foi submetida ao rito da repercussão geral em 15 de março de 2017, onde ao julgar o Recurso Extraordinário nº 574.706/PR o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos votos, decidiu que o ICMS não integra a base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS, eis que, destinado ao Estado, não está contemplado pelo conceito de faturamento. Contudo, em 19 de outubro de 2017 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) apresentou Embargos de Declaração em face do Acórdão publicado em 2 de outubro de 2017 pelo STF. Nessa medida, a PGFN requer o saneamento de vícios que entende presentes no Acórdão, sendo os mais relevantes apresentados a seguir: (i) a modulação dos efeitos do julgamento; (ii) obscuridade no tocante ao ICMS a ser excluído (se aquele apurado ou aquele efetivamente recolhido), o que reflete na quantificação do crédito tributário a restituir bem como no procedimento de exclusão futura; e (iii) erro material quanto à análise dos conceitos de receita bruta e receita líquida trazidos pela Lei nº 6.404/76, sendo certo que os referidos embargos de declaração pendem de apreciação pelo STF, motivo pelo qual a Administração decidiu manter a obrigação presente decorrente de eventos passados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 13 de março de 2019 a Companhia obteve o trânsito em julgado de decisão favorável proferida na sua ação ordinária individual, que decidiu pela inconstitucionalidade da inclusão do ICMS destacado sobre as Notas Fiscais de vendas na base de cálculo do PIS e da COFINS. Como consequência do trânsito em julgado da sua ação individual, a então obrigação presente oriunda de um evento passado deixou de ser considerada uma obrigação e, portanto, a Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do 1º Trimestre de 2019 os efeitos do êxito nesse processo judicial, que totalizaram R\$138.008, antes dos impostos, sendo R\$74.321 na rubrica de “Outras receitas (despesas) operacionais” e R\$63.686 na rubrica de “Receitas financeiras”. O impacto no lucro líquido do período foi de R\$105.564, já considerando os efeitos de imposto de renda e da contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, declarados em março de 2019, no montante de R\$29.542, conforme Aviso aos Acionistas datado de 26 de março de 2019. Em 20 de setembro de 2019, os depósitos judiciais no montante de R\$88.456 foram liberados e integrados às disponibilidades (caixa) da Companhia.

- (ii) Excesso de IRPJ e CSLL s/ JCP: Trata-se de dedutibilidade de Juros sobre Capital Próprio, tendo como base lucros de exercícios anteriores, que não foram distribuídos à época em que foram apurados. Conforme acompanhamento realizado por nossos assessores jurídicos, os julgamentos em esfera judicial são amplamente favoráveis aos contribuintes.

Em 31 de dezembro de 2021, não havia processos cujas perdas fossem classificadas como prováveis.

(b) Processos fiscais (Plano Verão)

A Companhia, em 22 de fevereiro de 2017, obteve êxito no processo judicial em que figurava como autora e como ré a União Federal, cujo objeto é o direito de corrigir monetariamente o balanço patrimonial do ano-calendário de 1989, de acordo com a efetiva inflação apurada nos meses de janeiro e fevereiro daquele ano, e afastar os índices de inflação da legislação então em vigor (Plano Verão). A partir do trânsito em julgado, a Companhia realizou a mensuração dos valores oriundos do processo, sendo que em 17 de fevereiro de 2020, protocolou perante a Receita Federal pedido de habilitação relativo ao expurgo inflacionário sobre os bens do ativo para fins de determinação do saldo complementar da depreciação e seus respectivos reflexos sobre a apuração do IRPJ e CSLL ao longo dos anos. Em 16 de março de 2020, a Receita Federal deferiu o pedido de habilitação desse crédito, autorizando a Companhia a utilizá-lo para compensar tributos federais futuros. A Companhia reconheceu nas demonstrações financeiras do 1T20 os efeitos do êxito no processo fiscal (Plano Verão), que impactaram o resultado do 1T20 da seguinte maneira: (i) EBIT/EBITDA: reduzido em R\$955, em virtude do reconhecimento das despesas com os honorários advocatícios, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”; (ii), resultado financeiro: acrescido em R\$25.135, referente à atualização monetária do valor original dos créditos; (iii) imposto de renda e contribuição social: acrescido em R\$10.794, referente ao valor original dos créditos; e (iv) lucro líquido: acrescido pelo impacto do ganho líquido no montante de R\$34.974, já considerando os efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, propostos em março de 2020, conforme Aviso aos Acionistas datado de 17 de março de 2020.

(c) Processos fiscais ativos – Eletrobrás

Em junho de 2020, a Companhia tomou conhecimento, através de seus advogados, sobre o êxito em processo judicial relevante, ajuizado em face das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, cujo objeto é a obtenção da diferença de correção monetária, no período de 1978 a 1993, em cálculos de empréstimo compulsório sobre energia elétrica.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia recebeu em 3 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 50.469 e reconheceu nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os efeitos do êxito deste processo fiscal, que impactaram o resultado da seguinte maneira: (i) EBIT/EBITDA: acrescido em R\$1.671, já deduzido dos efeitos da tributação do PIS/COFINS e das despesas com os honorários advocatícios; (ii), resultado financeiro: acrescido em R\$35.761, referente à atualização monetária do valor original dos créditos já deduzido dos efeitos da tributação do PIS/COFINS e (iii) lucro líquido: acrescido em R\$ 37.432 já considerando os efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o ganho, que foram reduzidos pela utilização de juros sobre o capital próprio, propostos em dezembro de 2020, conforme Aviso aos Acionistas datado de 8 de dezembro de 2020.

(d) Processos cíveis

Referem-se a processos cíveis em que figura a Companhia como ré, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) revisão/rescisão de contratos; (ii) indenizações e (iii) anulação de protestos de títulos com perdas e danos, dentre outros.

(e) Processos trabalhistas

A Companhia constituiu provisão para contingências para ações trabalhistas em que figura como reclamada, que têm como principais causas os seguintes pedidos: (i) horas extras pela diminuição do intervalo para refeição; (ii) insalubridade/periculosidade; (iii) estabilidade pré-aposentadoria; (iv) indenizações por acidente de trabalho/doença ocupacional e (v) responsabilidade subsidiária de empresas terceirizadas, dentre outros.

(f) Depósitos judiciais

A Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$12.097 em 31 de dezembro de 2021 (2020 – R\$1.884) de diversas naturezas, classificados no ativo não circulante, referente a processos remotos ou possíveis.

As causas classificadas como de risco possível de natureza fiscal, cível e trabalhista discutem assuntos similares aos descritos acima. A Administração da Companhia acredita que o desfecho das causas em andamento não irá resultar em desembolso pela Companhia em valores superiores aos registrados na provisão. Os valores envolvidos não caracterizam obrigações legais.

Em 31 de agosto de 2021 a companhia depositou judicialmente o montante de R\$ 10.072, que se refere ao processo de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS, embora o trânsito em julgado tenha ocorrido em 21 de fevereiro de 2019, somente em 2 de setembro de 2020, a Receita Federal do Brasil resolveu verificar se os créditos tributários constituídos por meio de DCTF se referiam ao PIS e à COFINS efetivamente apurados sobre o ICMS incluído nas respectivas bases de cálculo. Para tanto foi expedido termos de intimação fiscal solicitando a apresentação de diversos documentos fiscais.

Após análise, a Receita Federal do Brasil entendeu que a Companhia teria considerado, na apuração do PIS e COFINS incidentes sobre o ICMS destacado nas notas fiscais de saída, operações de venda de mercadorias e serviços que supostamente não teriam composto as bases de cálculo das referidas contribuições. Com isso, concluiu que parte dos créditos tributários de PIS e COFINS declarados nas DCTF vinculadas ao mandado de segurança não corresponderiam efetivamente ao valor do ICMS destacado nas notas e assim foi expedida carta cobrança para pagamento desses valores.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Após análise detalhada dessa cobrança, a Companhia entendeu que a Receita Federal do Brasil cometeu diversos equívocos na sua apuração do PIS e COFINS, assim por questões judiciais houve a necessidade de proceder com o depósito judicial para impugnar essa cobrança feita indevidamente.

Em 31 de dezembro, conforme acompanhamento realizado por nossos assessores jurídicos, este processo foi classificado como perda possível.

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado com base no lucro real à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder R\$240 no ano, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado tributável, exceto pelas controladas Rominor Comércio e Rominor Empreendimentos, para as quais o imposto de renda e a contribuição social são calculados com base no lucro presumido.

A seguir, encontra-se a reconciliação do efeito tributário sobre o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social da controladora, aplicando-se as alíquotas mencionadas, vigentes em 31 de dezembro de 2021 e de 2020:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	213.186	167.523	213.266	169.145
Alíquota vigente (imposto de renda e contribuição social)	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota vigente	(72.483)	(56.958)	(72.510)	(57.509)
Reconciliação para a taxa efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	13.636	54.854	13.636	54.854
IR/CSLL processo fiscal (Plano Verão)	-	10.794	-	10.794
Processo Selic (a)	42.924	-	42.924	-
Pesquisa e desenvolvimento ("Lei do Bem" - Lei no11.196/05)	4.023	2.536	4.023	2.536
Equivalência patrimonial	3.110	(2.131)	-	-
IR/CSLL diferidos não constituídos de subsidiárias	-	-	348	(3.476)
Participação de Administradores	(2.773)	(1.719)	(2.773)	(1.719)
Outras adições (exclusões), líquidas	2.151	(423)	5.234	74
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(9.412)	6.954	(9.118)	5.554

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Vide informações sobre “Processos fiscais crédito IR/CSLL” na nota explicativa 9.

O valor nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é composto pela diferença nas apurações do imposto de renda e da contribuição social entre as formas de apuração real e presumido, devido a controlada Rominor Comércio e Rominor Empreendimentos ser optante pelo regime do lucro presumido durante os períodos apresentados, e pela não constituição do imposto de renda diferido sobre os prejuízos fiscais das controladas no exterior, com exceção da BW.

Segue a composição de despesas e receitas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Correntes	4.541	6.979	3.434	6.220
Diferidos	(13.953)	(25)	(12.552)	(666)
Total	(9.412)	6.954	(9.118)	5.554

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021				2020			
	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total	Diferenças temporárias	Imposto renda	Contribuição social	Total
Ativo (i):								
Estoque – provisão para realização	22.623	5.638	2.036	7.674	29.479	7.351	2.653	10.004
Reintegração de máquinas	1.190	297	107	404	1.779	444	160	604
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	55.332	8.929	3.011	11.940
Ajustes a valor presente - clientes e fornecedores	1.115	278	100	378	779	194	70	264
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	1.792	447	161	608	1.513	377	136	513
Comissões condicionadas	497	124	45	169	444	111	40	151
Participação dos administradores	7.956	-	716	716	5.055	-	455	455
Outras diferenças ativas temporárias	3.107	774	280	1.054	3.017	752	272	1.024
Passivo (ii):								
Diferenças temporariamente indedutíveis passivas:								
Baixa do deságio da controlada Rominor Empreendimentos	(4.563)	(1.025)	(378)	(1.403)	(4.563)	(1.025)	(378)	(1.403)
Imposto de renda e contribuição social, diferidos líquidos – controladora	33.717	6.532	3.067	9.599	92.835	17.133	6.419	23.552
Prejuízo fiscal				979	1.313	382		382
Outras diferenças temporárias				(21)				
Imposto de renda e contribuição social, diferidos ativo - consolidado	33.717	6.532	3.067	10.557	94.148	17.515	6.419	23.934
Baixa do deságio na aquisição de controlada (ii)	19.029	16.804	-	16.804	19.029	16.955	-	16.955
Mais valia apurado na aquisição Burkhardt + Weber (B+W) (ii)	86.055	24.557	-	24.557	90.751	26.417	-	26.417
Imposto de renda e contribuição social, diferidos passivo - consolidado	105.084	41.361	-	41.361	109.780	43.372	-	43.372

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) O ativo diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de bases tributáveis futuras, as quais não ultrapassam 10 anos, fundamentadas no melhor entendimento e na expectativa dos órgãos da Administração. As projeções de resultados tributáveis futuros incluem estimativas referentes a desempenho da economia brasileira e internacional, seleção de taxas de câmbio, volume e preço de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro decorre não somente do lucro tributável, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia e de suas controladas no Brasil e no exterior, da expectativa de realização das diferenças temporariamente indedutíveis, da existência de receitas não tributáveis, de despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação direta entre o lucro líquido da Companhia e de suas controladas e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Portanto, a evolução da realização das diferenças temporariamente indedutíveis não deve ser considerada como um indicativo de lucros futuros da Companhia e de suas controladas.
- (ii) O imposto de renda e a contribuição social passivos diferidos referem-se substancialmente à baixa do deságio, registrado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, gerado na aquisição da controlada Rominor Comércio, da Romi Itália e Burkhardt + Weber (B+W), como parte da adoção dos CPCs. O imposto devido sobre o ganho decorrente da baixa do deságio será reconhecido no resultado no momento da efetiva realização desse deságio, que ocorrerá por alienação ou perecimento do investimento.

Em 31 de dezembro de 2021, a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos, registrados no ativo não circulante, controladora e consolidado, é demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Ano de realização	
2022	2.977
2023	2.356
2024	2.851
2025 e após	2.373
Total	10.557

A movimentação dos tributos diferidos ativos e passivos, controladora e consolidado para o período findo em 31 de dezembro de 2021, é como segue:

	Ativo		Passivo	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	23.552	23.934	-	43.372
Movimentações do exercício				
Adições	968	1.544	-	-
Realização	(14.921)	(14.921)	-	(825)
Variação cambial	-	-	-	(1.186)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	9.599	10.557	-	41.361

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 Patrimônio Líquido

Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$637.756 (R\$637.756 em 31 de dezembro de 2020) é representado por 73.333.922 ações ordinárias (73.333.922 em 2020) nominativas e escriturais, sem valor nominal.

Reserva de lucros

a) Reserva legal

O saldo da rubrica “Reserva Legal”, tal como previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, refere-se ao montante constituído de 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

b) Dividendos

O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de juros sobre o capital próprio a título de dividendos e de constituição de reserva de lucros, da Administração à Assembleia Geral Ordinária, é conforme segue:

	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas	203.774	174.477
(-) Constituição de reserva Legal	(10.189)	(8.724)
Lucro passível de distribuição	193.585	165.753
Dividendos obrigatórios	(48.396)	(41.438)
Dividendos excedente já distribuídos	(8.577)	(119.896)
Dividendos total distribuídos	(56.973)	(161.334)
Constituição de reserva de lucros	136.612	4.419

Até o período findo em 31 de dezembro de 2021, foram aprovadas as distribuições de juros sobre capital próprio (“JCP”) no montante de R\$40.106 e de dividendos intermediários (“Dividendos”) no montante de R\$ 16.867, conforme comunicados ao mercado nas datas listadas abaixo:

1. Em 16 de Março de 2021, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio (“JCP”) a serem imputados aos dividendos obrigatórios de 2021 no montante bruto de R\$11.000, sendo 0,15 por ação, cujo pagamento foi realizado em 28 de abril de 2021.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Em 8 de junho de 2021, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios de 2021 no montante bruto de R\$8.800, sendo 0,12 por ação, cujo pagamento foi realizado em 20 de julho de 2021.
- Em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a distribuição dividendos intermediários ("Dividendos") no montante bruto de R\$16.867, sendo 0,23 por ação, cujo pagamento será realizado em 28 de outubro de 2021.
- Em 14 de setembro de 2021, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios de 2021 no montante bruto de R\$9.533, sendo 0,13 por ação, cujo pagamento será realizado até o final do exercício social de 2022, devendo a data ser fixada pela Diretoria da Companhia.
- Em 15 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio ("JCP") a serem imputados aos dividendos obrigatórios de 2021 no montante bruto de R\$10.773, sendo 0,1469 por ação, cujo pagamento foi realizado em 26 de janeiro de 2022.

O montante total pago pela Companhia, no período findo em 31 de dezembro de 2021, líquido da retenção do imposto de renda, foi de R\$130.120.

Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Nota Explicativa	31 de dezembro de 2021	31 de dezembro de 2020
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores		203.774	174.477
Quantidade média ponderada das ações em circulação		73.334	64.833
Lucro básico e diluído por ação		<u>2,78</u>	<u>2,69</u>

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato de a Companhia não possuir nenhum instrumento com efeito diluidor sobre o lucro por ação.

18 Plano de previdência privada aberta complementar

A Companhia mantém contratado um plano de previdência privada complementar, com uma entidade aberta de previdência privada devidamente autorizada, em vigor desde 1º de outubro de 2000, destinado a todos os seus empregados e administradores, na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, classificado como Contribuição Definida-CD.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A natureza do plano permite à Companhia, a qualquer momento, a suspensão ou descontinuidade permanente de suas contribuições, por decisão única e exclusiva da própria Companhia.

O custeio desse plano é suportado pela Companhia e pelos participantes, de acordo com o tipo de benefício ao qual são elegíveis.

O montante de contribuições despendido pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi de R\$1.471 (R\$1.284 em 31 de dezembro de 2020). O dispêndio com o plano de previdência privada aberta complementar foi registrado nas demonstrações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, nas rubricas “Custo dos produtos e serviços vendidos”, “Despesas com vendas”, “Despesas gerais e administrativas” e “Pesquisa e Desenvolvimento”, em virtude do centro de custo de referência de cada empregado.

19 Seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura para incêndio, vendaval, danos elétricos e roubo era composta por: (i) edificações - R\$186.143; (ii) máquinas e equipamentos - R\$477.610; (iii) estoques e máquinas pendentes de reintegração - R\$421.278; (iv) obras - R\$5.820; (v) bens em poder de terceiros - R\$61.254 e (vi) outros – R\$1.316.

20 Instrumentos financeiros e riscos operacionais

(a) Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, os quais se aproximam do seu valor de mercado.
- Duplicatas a receber e valores a receber – repasse FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 4 e 5.
- Financiamentos e Financiamentos - FINAME fabricante: comentados e apresentados nas Notas 13 e 14.

A Companhia acredita que os demais instrumentos financeiros como valores a pagar de partes relacionadas que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia resolvesse liquidá-los antecipadamente.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de preço das mercadorias: esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia vende ou no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no seu processo de produção. As receitas de vendas e principalmente o custo dos produtos e serviços vendidos afetados por alterações nos preços internacionais de seus produtos ou materiais poderão sofrer alterações. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço nos mercados nacional e internacional.

Risco de taxas de juros: esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como a LIBOR e o CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando torná-los adequados ao mercado.

Risco de taxas de câmbio: esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira. Além das contas a receber originadas por exportações a partir do Brasil e dos investimentos no exterior que se constituem em “*hedge*” natural, para se proteger das oscilações de efeito de tradução, a Companhia avalia a exposição de efeitos de tradução.

A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados ao dólar norte-americano e ao Euro. Os instrumentos expostos à variação de efeitos de tradução são representados por duplicatas a receber, investimentos diretos, financiamentos de exportação e fornecedores.

Riscos Tributários: esse risco está relacionado a mudança nas legislações tributárias e de entendimentos com relação as ações que a companhia figura como ré, que podem afetar direta ou indiretamente a rentabilidade da Companhia, sendo através de incremento de custo/ despesa ou também pelo aumento da carga tributária sobre o lucro obtido.

Risco de crédito: advém, principalmente, da possibilidade da Companhia e suas controladas não receberem valores decorrentes de operações de venda ou de créditos detidos com instituições financeiras gerados por operações de investimento financeiro.

Qualidade dos créditos: devido a pulverização da carteira de clientes e ao fato desses clientes não possuírem classificação de risco concedida por agências avaliadoras, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, o estabelecimento de um limite de crédito e o acompanhamento permanente do seu saldo devedor. Além disso, para todas as operações de FINAME Fabricante é exigida garantia real dos clientes. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia só as realiza em instituições com baixo risco de crédito. Além disso, cada instituição possui um limite máximo de saldo de aplicação, determinado pela Administração da Companhia.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco de liquidez: a política de gestão do endividamento e de recursos de caixa da Companhia prevê a utilização de linhas de crédito, com ou sem lastro de recebíveis de exportação para gerenciar níveis adequados de liquidez de curto, médio e longo prazos. Os cronogramas das parcelas de longo prazo dos empréstimos são apresentados nas Notas 13.

A análise a seguir demonstra os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo:

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2021				
Financiamentos	70.732	23.401	122.081	4.017
Fornecedores	129.391	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2020				
Financiamentos	115.025	14.935	78.681	3.052
Fornecedores	96.054	-	-	-

Risco relacionado às operações de FINAME Fabricante: os passivos relacionados às operações de FINAME Fabricante têm como lastro os saldos da rubrica “Valores a receber - repasse FINAME Fabricante”. Por sua vez, os equipamentos relacionados a esses valores a receber possuem reserva de domínio registrada em cartório, em favor da Companhia, com o objetivo de reduzir o eventual risco de perdas.

Risco de gerenciamento de capital: o objetivo da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade operacional e oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia administra sua estrutura de capital, a qual consiste em uma relação entre as dívidas financeiras, caixa e equivalente de caixa, e o capital próprio (patrimônio líquido), respeitando alçadas de aprovações e limites de endividamentos estabelecidos e aprovados pelo Conselho de Administração, como demonstrado a seguir. Tais limites são revisados periodicamente pelo Conselho de Administração.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
(-) Total dos financiamentos	550.343	501.823	582.165	536.504
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(28.047)	(140.932)	(99.911)	(195.418)
Aplicações financeiras (Nota 3)	(74.786)	(127.166)	(74.786)	(127.166)
Valores a receber - repasse FINAME fabricante (Nota 5)	(371.641)	(334.716)	(371.641)	(334.716)
Dívida (Caixa) líquida	75.869	(100.991)	35.827	(120.796)
Total do patrimônio líquido	963.288	813.003	963.288	813.003
Total do capital	1.039.157	712.012	999.115	692.207
Índice de alavancagem financeira - %	7,3%	-14,2%	3,6%	-17,5%

Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

(i) Variações na moeda estrangeira

As flutuações do câmbio podem afetar positiva ou adversamente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em decorrência de aumento ou redução nos saldos de fornecedores de materiais em componentes importados, aumento ou redução nos saldos de valores a receber de clientes de exportação e aumento ou redução nos saldos de empréstimos e financiamentos, denominados em moeda estrangeira.

Em 31 de dezembro de 2021, os saldos denominados em moeda estrangeira estavam sujeitos à efeitos de tradução. Os ativos e passivos com exposição a flutuação das taxas de câmbio registrados no balanço patrimonial são demonstrados no quadro a seguir:

	Controladora
Caixa e equivalentes de caixa	2.198
Duplicatas a receber	24.142
Partes relacionadas a receber	104.505
Outros créditos	4.327
Partes relacionadas a pagar	(3.537)
Financiamentos	(123.979)
Fornecedores	(33.829)
Adiantamentos de clientes	(15.922)
	-
Exposição passiva líquida	(42.095)

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A seguir estão demonstradas as perdas que teriam sido reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de acordo com os seguintes cenários:

	Controladora		
	Cenário provável	Cenário II	Cenário III
Exposição passiva líquida	(44.425)	(55.531)	(66.637)

O cenário provável considera as taxas futuras do dólar norte-americano e do Euro, conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando a cotação projetada para o ano de 2022, sendo dólar a R\$5,70 e euro a R\$6,94. Os cenários II e III consideram um aumento do câmbio de 25% e de 50%, respectivamente. Os cenários prováveis, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08. A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações.

(ii) Variações na taxa de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI, da SELIC e da TJLP.

Em 31 de dezembro de 2021, foram estimados três cenários de aumento ou uma redução nas taxas de juros. A seguir está apresentada a exposição ao risco de juros das operações vinculadas à variação do CDI e da TJLP.

	Controladora	Consolidado
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculados ao CDI	102.833	174.697
Total de empréstimos e financiamentos vinculados ao CDI	(39.626)	(59.200)
Exposição ativa líquida	63.207	115.497

A análise de sensibilidade considera a exposição dos empréstimos e financiamentos, líquido das aplicações financeiras, indexadas ao CDI.

As tabelas seguintes demonstram a perda (ganho) incremental que teria sido reconhecida (o) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 de acordo com os seguintes cenários:

O cenário provável considera as taxas futuras de juros conforme cotações obtidas no relatório de projeções, da seção de Análise Econômica do banco Santander Brasil, considerando as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2022, no valor de 9,25%. Os cenários I e II consideram um aumento das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente.

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		
	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição ativa líquida	69.054	70.516	71.977

	Consolidado		
	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Exposição ativa líquida	125.706	128.366	139.302

Ressalta-se que o FINAME Fabricante, por tratar-se de financiamento especificamente vinculado a operações de vendas que são devidas à Companhia, mas que, pelas regras do FINAME Fabricante, tem suas taxas de juros repassadas integralmente aos clientes, a Companhia entende não existir impacto financeiro no resultado decorrente da flutuação da taxa de juros nesses financiamentos.

(c) Instrumentos financeiros por categoria

Os principais ativos e passivos financeiros consolidados da Companhia estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2021</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Empréstimos e recebíveis:				
Caixa e equivalentes de caixa	28.047	140.932	99.911	195.418
Aplicações financeiras	74.786	127.166	74.786	127.166
Contas a receber	137.313	110.135	258.666	199.289
Valores a receber - repasse FINAME fabricante	371.641	334.716	371.641	334.716
Partes relacionadas	104.776	81.275	-	-
Outros créditos, exceto adiantamentos e máquinas pendente reintegração	6.721	268	13.678	5.771
Depósitos judiciais	12.097	1.884	12.097	1.884
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Financiamentos	188.409	177.409	220.231	212.090
Financiamentos - FINAME fabricante	361.934	324.414	361.934	324.414
Fornecedores	115.340	87.756	129.391	96.054
Outras contas a pagar	5.035	3.859	37.674	38.889
Partes relacionadas	3.096	430	-	-

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Informações por segmento de negócio – consolidado

Para gerenciar suas operações, a Companhia está organizada em três unidades de negócio, as quais são base para reportar as suas informações primárias por segmento, sendo: Máquinas Romi, Máquinas Burkhardt+Weber e Fundidos e Usinados. Apesar de a unidade de negócio Máquinas Burkhardt+Weber ter apresentado prejuízo operacional, reflexo da retomada gradual em virtude dos efeitos da pandemia, a Companhia concluiu que não há nenhum indicativo que levasse à necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos imobilizados e intangíveis, conforme mencionado na NE 11.

As informações do período findo em 31 de dezembro de 2021 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de forma comparativa com o período findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com os segmentos da Companhia:

	31 de dezembro de 2021				
	Máquinas Romi	Máquinas Burkhardt + Weber	Fundidos e usinados	Eliminações entre segmentos	Consolidado
Receita operacional líquida	746.639	245.312	391.548		1.383.499
Custo dos produtos e serviços vendidos	(363.322)	(197.734)	(375.654)		(936.710)
Transferências remetidas	1.209	-	61.753	(62.962)	
Transferências recebidas	(61.753)	-	(1.209)	62.962	
Lucro bruto	322.743	47.578	76.438	-	446.789
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(81.871)	(20.742)	(8.282)	-	(110.895)
Gerais e administrativas	(35.938)	(31.356)	(18.552)	-	(85.846)
Pesquisa e desenvolvimento	(19.435)	-	(7.642)	-	(27.077)
Honorários da Administração	(7.966)	-	(7.755)	-	(15.721)
Outras receitas operacionais, líquidas	2.437	1.861	-		4.298
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	180.000	(2.659)	34.207	-	211.548
Estoques	405.701	48.094	82.904	-	536.699
Depreciação e amortização	18.427	12.134	11.815	-	42.376
Imobilizado, líquido	232.292	79.009	59.047	-	370.348
Intangível	938	63.120	7	-	64.065

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Europa</u>	<u>América Latina</u>	<u>América do Norte</u>	<u>Africa e Ásia</u>	<u>Total</u>
Receita operacional líquida por região geográfica	336.321	979.497	40.151	27.530	1.383.499
					31 de dezembro de 2020
	<u>Máquinas Romi</u>	<u>Máquinas Burkhardt + Weber</u>	<u>Fundidos e usinados</u>	<u>Eliminações entre segmentos</u>	<u>Consolidado</u>
Receita operacional líquida	462.877	261.221	249.052		973.150
Custo dos produtos e serviços vendidos	(241.338)	(209.955)	(223.028)		(674.321)
Transferências remetidas	1.285	-	25.196	(26.481)	
Transferências recebidas	(25.196)	-	(1.285)	26.481	
Lucro bruto	197.628	51.266	49.935	-	298.829
(Despesas) receitas operacionais:					
Vendas	(66.149)	(19.854)	(5.052)	-	(91.055)
Gerais e administrativas	(28.502)	(29.273)	(16.230)	-	(74.005)
Pesquisa e desenvolvimento	(17.085)	-	(5.433)	-	(22.518)
Honorários da Administração	(5.568)	-	(6.119)	-	(11.687)
Outras receitas operacionais, líquidas	7.304	-	-		7.304
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	87.628	2.139	17.101	-	106.868
Estoques	268.845	40.318	49.511	-	358.674
Depreciação e amortização	13.313	11.927	11.607	-	36.847
Imobilizado, líquido	110.974	86.669	117.105	-	314.748
Intangível	1.084	69.692	12	-	70.788
	<u>Europa</u>	<u>América Latina</u>	<u>América do Norte</u>	<u>Africa e Ásia</u>	<u>Total</u>
Receita operacional líquida por região geográfica	241.917	605.058	50.326	75.849	973.150

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 Compromissos futuros

Em 10 de abril de 2017, a Companhia e a Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, pertencente ao grupo Endesa, resolveram aditar o contrato de compra de energia elétrica firmado em 1 de maio de 2007, objetivando contratar o volume de energia elétrica de acordo com as necessidades da Companhia. Em 30 de maio de 2019, a Companhia firmou contrato de compra de energia elétrica com a Engie Brasil Energia Comercializadora LTDA - Engie, para os períodos que sucedem o contrato em curso com a CDSA. O período de fornecimento da energia elétrica contratado foi estendido por mais três anos, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 e passou a refletir os seguintes valores, os quais são reajustados anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IPCA:

Ano de Fornecimento	Valor
2022	18.866
2023	18.250
	<u>37.116</u>

A Administração da Companhia é da opinião de que esse contrato está condizente com as necessidades de consumo de energia elétrica para o prazo contratado.

23 Receita líquida de Vendas

A receita líquida de vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 possuem a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Mercado interno	1.081.326	684.868	1.081.315	688.393
Mercado externo	140.423	79.811	460.131	393.312
Receita bruta de vendas	1.221.749	764.679	1.541.446	1.081.705
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(157.615)	(108.435)	(157.947)	(108.555)
Receita líquida de vendas	<u>1.064.134</u>	<u>656.244</u>	<u>1.383.499</u>	<u>973.150</u>

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 Custo e Despesa por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Depreciação e amortização	25.955	21.284	42.376	36.847
Despesas com pessoal	173.680	142.176	308.196	251.322
Matéria-prima e materiais de uso e consumo	627.545	320.598	718.975	464.275
Frete	23.154	13.294	31.475	23.418
Outras despesas	14.547	55.638	75.227	97.724
Total	864.881	552.990	1.176.249	873.586
Classificados como:				
Custo dos produtos e serviços vendidos	722.832	444.225	936.710	674.321
Despesas com vendas	62.100	43.932	110.895	91.055
Despesas gerais e administrativas	37.287	30.731	85.846	74.005
Pesquisa e desenvolvimento	27.077	22.518	27.077	22.518
Participação e honorários da Administração	15.585	11.584	15.721	11.687
Total	864.881	552.990	1.176.249	873.586

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25 Receitas (despesas) financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receitas financeiras:				
Rendimento de aplicações financeiras	4.454	3.568	4.473	4.409
Juros de duplicatas a receber	3.950	2.516	3.950	2.516
Resultado financeiro no Êxito em Processo Judicial	2.372	60.620	2.372	60.620
Outros	611	1.992	1.537	1.984
Total	11.387	68.696	12.332	69.529
Despesas financeiras:				
Juros de financiamento	(10.279)	(6.977)	(10.950)	(9.335)
Outras	(1.448)	(2.434)	(3.050)	(2.437)
	(11.727)	(9.411)	(14.000)	(11.772)

26 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Resultado da venda de ativos	2.251	4.492	2.251	4.792
Resultado no Êxito em Processo Judicial	-	2.489	-	2.489
Outros	(209)	(133)	2.047	23
	2.042	6.848	4.298	7.304

Indústrias Romi S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Eventos subsequentes

- (i) Controladas: Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. (“Rominor Comércio”)
Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de fevereiro de 2022, foi autorizada a distribuição de dividendos remanescentes, referente ao exercício de 2021, no valor de R\$3.130, a ser pago em 15 de fevereiro de 2022, sujeito a ratificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 15 de março de 2022.
- (ii) Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de fevereiro de 2022, foi autorizada a distribuição de dividendos intermediários, referente ao exercício de 2021, no valor de R\$7.333, a ser pago em 26 de abril de 2022, sujeito a ratificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 15 de março de 2022.
- (iii) Controladas: Rominor Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. (“Rominor Comércio”)
Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 1 de fevereiro de 2022, foi submetido para apreciação do Conselho e encaminhamento à Assembleia Geral de Acionistas a incorporação de ações da “Rominor Comércio” pela Companhia e incorporação da “Rominor Comércio” pela Rominor Empreendimentos e Participações Imobiliários S.A..

*

*

*

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2021

Prezados Senhores:

Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores, Mercado de Capitais e à sociedade em Geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Indústrias Romi S.A. (“Romi” ou “Companhia”), referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes.

O ano de 2021 se encerrou indicando a continuidade de um ambiente favorável para a realização de investimento, conforme iniciado em meados de 2020. Essa recuperação importante no volume de negócios pode ser notada em todas as unidades de negócio, tanto nos negócios para o mercado doméstico, quanto exportações e na Unidade de Negócio Burkhardt Weber. Embora o atual nível de juros reais e as perspectivas indiquem a sua elevação, o atual patamar cambial e os custos e disponibilidade logística global continuam estimulando a indústria nacional e o país em geral a destinar uma maior parcela da produção para o Brasil, assim como buscar maior produtividade e preservação da competitividade. Diante dos sinais mais concretos dessa retomada ocorrida em 2020, a Companhia se preparou, principalmente, em relação aos pedidos de matérias-primas e componentes junto à cadeia de suprimentos, o que tem permitido que possamos atender aos clientes em um prazo adequado e competitivo. A Romi está preparada para continuar apoiando seus clientes com produtos de alta tecnologia e com prazos adequados às necessidades do mercado.

No mercado externo, também temos notado uma recuperação dos pedidos por máquinas, não apenas para Máquinas Romi, mas também para Máquinas BW, essa última com pedidos relevantes concretizados durante 2021. Esses pedidos são reflexos da recuperação econômica e consequente volume crescente de oportunidades, tanto no continente asiático, quanto na Europa.

Os últimos anos têm sido marcados por um ambiente de incerteza e alta volatilidade, com grandes desafios em relação às previsões de volume de produção, por exemplo. Diante disso, continuamos implementando medidas com o objetivo de tornar a estrutura mais leve e a forma de planejar e produzir ainda mais ágil e flexível, para responder rapidamente às oscilações da demanda. Ao longo dos últimos anos, efetuamos diversas otimizações, principalmente, nas estruturas indiretas e na automatização dos processos internos. Também reforçamos o foco em projetos de redução de custos e despesas, além de realizarmos investimentos em automação e produtividade, centrados no incremento da rentabilidade, o que se pode notar desde o ano de 2017. Estrategicamente, definimos como prioridade o desenvolvimento de novas gerações de produtos, com evolução significativa no conteúdo tecnológico, alinhadas às necessidades da Indústria 4.0, sendo que as primeiras linhas, lançadas em 2018 e 2019, estão fazendo muito sucesso nos mercados doméstico e internacional. Isso nos dá muita confiança de que estamos muito bem preparados para continuar capturando as oportunidades da retomada da economia doméstica e no Exterior.

Com uma importante evolução da liquidez das ações ROMI3, em 2021, a Companhia passou a fazer parte de mais cinco índices da B3, sendo eles: IBRA (Índice Brasil Amplo), IDIV (Índice Dividendos), SMLL (Índice Small Cap), IGCT (Índice de Governança Corporativa Trade) e INDX (Índice do Setor Industrial).

1. DESEMPENHO OPERACIONAL

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida auferida em 2021 foi de R\$1.383.499 milhões, 42,2% superior à registrada em 2020, principalmente pelo crescimento das vendas de máquinas Romi no mercado doméstico, resultado da adequada estratégia de desenvolvimento de novas gerações de produtos lançados em 2020, da recuperação gradual da indústria, que refletiu positivamente no volume de novos pedidos e pelas exportações, que nesse mesmo período de comparação também continuaram apresentando crescimento.

Margens

Em 2021, a margem bruta foi de 32,3%, superior em 1,6 pontos percentuais em relação à obtida em 2020, com destaque, para a Unidade de Negócio Máquinas Romi.

A margem operacional (Earnings Before Interest and Taxes - EBIT) registrada em 2021 foi positiva em 15,3%, apresentando um incremento de 4,3 pontos percentuais em relação a 2020, reflexo da evolução da receita aliada ao controle efetivo das despesas operacionais.

Resultado Líquido

O lucro líquido do ano de 2021 foi R\$204,1 milhões.

2. INVESTIMENTOS

Ao longo do ano de 2021 foram investidos R\$99,1 milhões, sendo a maior parte deles destinados à automação, manutenção, produtividade, flexibilidade, competitividade das unidades do parque industrial e máquinas de fabricação própria alocadas para o negócio de locação de máquinas, todas dentro do plano de investimentos já previsto para o ano.

3. AUDITORIA EXTERNA

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

4. ARBITRAGEM

As ações da Romi encontram-se listadas no Novo Mercado da B3, segmento diferenciado de listagem que engloba aquelas Companhias que, de forma espontânea, se destacam na adoção dos mais elevados padrões de governança corporativa. Consequentemente, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Novo Mercado da B3. Desta forma, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no seu Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado, do Contrato de Participação no Novo Mercado e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

A Administração

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal de Indústrias Romi S.A. procedeu ao exame do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras e da Proposta de Destinação de Resultados e de Distribuição de Dividendos, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como da Proposta da Administração no que tange ao Orçamento de Capital para o exercício de 2022. Com base nas informações disponibilizadas e, tendo recebido esclarecimentos por parte da Administração e dos Auditores Independentes, opina que referidos documentos estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Santa Bárbara d'Oeste, 1º de fevereiro de 2022.

Alfredo Ferreira Marques Filho

Clóvis Ailton Madeira

Walter Luis Bernardes Albertoni

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS 2021

O Comitê de Auditoria e Riscos de Indústrias Romi S.A. ("Comitê"), no período de 26/04/2021 a 31/01/2022 se reuniu ao todo 6 vezes, sendo 4 reuniões com a presença do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente, para análise das Informações Financeiras Trimestrais, conforme seu Regimento Interno.

Os principais assuntos debatidos foram:

1. Atividades da Auditoria Interna, bem como a evolução e implementação dos planos de ação definidos para remediar as deficiências identificadas;
2. Informações Financeiras Trimestrais e Demonstrações Financeiras em conjunto com o Conselho Fiscal e a Auditoria Independente;
3. Carta de Recomendações da Auditoria Independente;
4. Orçamentos 2022 da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria e Riscos;
5. Plano de Auditoria realizado em 2021 e proposto para 2022; e
6. Programa de Compliance e Sistema de Gerenciamento de Riscos, incluindo Canal de Denúncias.

Considerando a análise dos assuntos acima, incluindo as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 2021, o Comitê conclui que a Companhia encontra-se em conformidade com as normas legais, regulatórias, estatutárias e suas políticas.

Márcio Guedes Pereira Júnior
Coordenador

Antônio Cândido de Azevedo Sodré
Filho

Antônio Carlos Bonini Santos Pinto

Francisco José Levy

INDÚSTRIAS ROMI S.A.
CNPJ – 56.720.428/0014-88/NIRE 35.300.036.751

COMPANHIA ABERTA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores infra mencionados, declaram que o conjunto das demonstrações financeiras foram por nós preparadas, revisadas, discutidas e não temos nenhum assunto relevante que mereça qualquer comentário adicional àqueles já descritos nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Santa Bárbara d'Oeste, 1º de fevereiro de 2022

Luiz Cassiano Rando Rosolen – Presidente

Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente

Fábio Barbanti Taiar - Diretor

Douglas Pedro de Alcântara – Diretor

Mauricio Lanzellotti Lopes – Diretor

Tales Caires Aquino – Diretor

INDÚSTRIAS ROMI S.A.

CNPJ – 56.720.428/0014-88/NIRE 35.300.036.751

COMPANHIA ABERTA

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores infra mencionados declaram que reviram, discutiram e concordam com o Relatório de Revisão emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Indústrias Romi S.A. referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Santa Bárbara d'Oeste, 1º de fevereiro de 2022

Luiz Cassiano Rando Rosolen – Presidente

Fernando Marcos Cassoni – Vice-Presidente

Fábio Barbanti Taiar - Diretor

Douglas Pedro de Alcântara – Diretor

Mauricio Lanzellotti Lopes – Diretor

Tales Caires Aquino - Diretor